



INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

JUNHO 2020



Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	
Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados	03
Demonstração dos Resultados Individuais e Consolidados	04
Demonstração dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados	05
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidados	06
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados	07
Demonstração dos Valores Adicionados Individuais e Consolidados	08
Notas explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	09
Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	68
Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	71
Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes	72
Relatório dos Auditores Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	73

Balanco Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019 Reclassificado	30/06/2020	31/12/2019 Reclassificado
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	446.455	311.362	450.825	319.575
Investimentos em Títulos do Governo	11	110.931	119.140	110.931	119.140
Concessionárias e Permissionárias	6	103.346	110.390	105.071	111.883
Tributos a Recuperar	7	1.515	2.027	1.680	2.190
Estoques	8	16.195	20.356	16.195	20.356
Ativo de Concessão - Contratual.....	13	202.106	122.677	205.347	125.770
Ativo de Concessão - Financeiro.....	14	422.026	319.357	422.026	319.357
Pagamentos Antecipados	15	1.530	1.573	1.665	1.730
Outros Créditos a Receber	9	76.768	75.750	58.144	59.830
		1.380.872	1.082.632	1.371.886	1.079.831
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos a Recuperar	7	5	5	5	5
Aplicações Financeiras	5	7	7	7	7
Depósitos Judiciais	12	121.138	84.945	147.009	110.677
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.8	37.251	121.681	0	39.695
Ativo de Concessão - Contratual.....	13	756.345	824.892	1.027.232	1.090.951
Ativo de Concessão - Financeiro.....	14	1.362.251	1.254.969	1.362.251	1.254.969
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda		4.606	2.103	4.606	2.103
Outros Créditos a Receber	9	1.325	3.902	13.210	87.388
Créditos com Partes Relacionadas.....	10	347.102	373.164	347.102	373.164
Investimentos	16	859.908	762.643	482.427	425.961
Investimentos.....		984.407	887.142	606.926	550.460
(-) Provisão para Perda.....		(124.499)	(124.499)	(124.499)	(124.499)
Imobilizado	17	518.567	525.965	651.322	658.355
Direito de Uso.....	17.1	18.211	13.845	18.211	13.845
Intangível	18	30.326	35.034	30.705	35.412
		4.057.042	4.003.155	4.084.086	4.092.532
TOTAL DO ATIVO		5.437.914	5.085.787	5.455.972	5.172.363
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	19	36.562	38.193	37.335	41.623
Obrigações Trabalhistas	20	45.376	43.912	45.387	43.918
Obrigações Fiscais	21	31.033	30.219	34.142	34.030
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	52.932	41.055	52.932	41.055
Arrendamentos a Pagar.....	22.7	10.800	3.706	10.800	3.706
Provisão para Benefícios a Empregados	23	140.454	133.029	140.454	133.029
Obrigações da Concessão	24	56.945	56.974	56.945	56.974
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	25	58.650	33.777	58.650	33.777
Outros Passivos	26	12.196	15.735	18.236	16.105
Dividendos Obrigatórios.....		106.563	106.561	106.563	106.561
		551.511	503.161	561.445	510.778
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	686.090	532.199	686.110	532.199
Arrendamentos a Pagar.....	22.7	7.679	10.257	7.679	10.257
Provisão para Benefícios a Empregados	23	1.125.572	1.154.523	1.125.572	1.154.523
Obrigações Fiscais	21	-	-	6.480	5.881
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	25	231.472	202.667	234.193	205.388
Obrigações da Concessão	24	22.323	19.764	22.323	19.764
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27	226.023	165.595	226.023	165.595
Outros Passivos	26	67.023	64.881	50.639	120.870
		2.366.182	2.149.886	2.359.020	2.214.477
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	28.1	1.565.633	915.633	1.565.633	915.633
Reserva de Capital	28.4	-	650.000	-	650.000
Outros Resultados Abrangentes	28.2	(785.067)	(762.341)	(785.067)	(762.341)
Reserva Legal.....	28.3.1	53.146	53.146	53.146	53.146
Reserva de Retenção de Lucros.....	28.3.3	208.712	208.712	208.712	208.712
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	28.3.2	945.932	945.932	945.932	945.932
Reserva de Incentivos Fiscais	28.3.4	421.658	421.658	421.658	421.658
Lucros Acumulados		110.207	0	110.207	0
		2.520.221	2.432.740	2.520.221	2.432.740
Participação dos não controladores		-	-	15.286	14.368
		2.520.221	2.432.740	2.535.507	2.447.108
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.437.914	5.085.787	5.455.972	5.172.363

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota Explicativa	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
			Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	518.877	771.748	238.198	516.382	525.152	784.948	253.053	539.442
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(128.932)	(265.333)	(136.378)	(266.102)	(128.635)	(276.550)	(145.681)	(298.655)
Custo com Energia Elétrica	(33.729)	(73.831)	(22.992)	(45.211)	(33.729)	(73.831)	(22.992)	(45.211)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(20.177)	(46.486)	(9.928)	(18.870)	(20.177)	(46.486)	(9.928)	(18.870)
Encargo de Uso do Sistema	(13.552)	(27.345)	(13.064)	(26.341)	(13.552)	(27.345)	(13.064)	(26.341)
Custo de Operação	(95.203)	(191.502)	(113.366)	(220.891)	(94.906)	(202.719)	(122.689)	(253.444)
Pessoal e Administradores	(75.733)	(134.583)	(71.266)	(137.563)	(75.733)	(134.583)	(71.266)	(137.563)
Material	(2.381)	(4.838)	(89)	(841)	(2.381)	(4.838)	(89)	(841)
Serviço de Terceiros	(9.961)	(21.385)	(10.532)	(19.946)	(3.625)	(25.243)	(11.582)	(21.686)
Depreciação e Amortização	(3.982)	(8.635)	(4.992)	(10.101)	(3.982)	(8.635)	(4.992)	(10.101)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(1.757)	(3.036)	(848)	(1.695)	(1.757)	(3.036)	(848)	(1.695)
Custo de Construção	(943)	(17.591)	(24.992)	(48.990)	(6.580)	(24.197)	(32.031)	(68.404)
Outros	(446)	(1.434)	(666)	(1.755)	(848)	(2.187)	(1.880)	(13.154)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	389.945	506.415	101.820	250.280	396.517	508.398	107.372	240.787
Despesas Operacionais	(86.085)	(134.102)	(36.093)	(81.066)	(112.378)	(161.631)	(36.740)	(82.316)
Despesas com Vendas	(1.821)	4.385	(1.948)	(3.710)	(1.821)	4.385	(1.948)	(3.710)
Despesas Gerais e Administrativas	(21.257)	(42.340)	(22.819)	(47.009)	(39.196)	(61.453)	(23.574)	(48.259)
Outras Despesas Operacionais	(63.007)	(96.147)	(11.326)	(30.348)	(71.361)	(104.563)	(11.218)	(30.348)
Outras Receitas	3.955	11.121	6.041	11.449	3.955	11.121	6.041	11.449
Outras Despesas	1.611	1.382	(1.517)	(2.795)	1.611	1.382	(1.517)	(2.795)
RESULTADO DO SERVIÇO	309.427	384.816	71.052	177.867	289.706	359.270	75.957	167.124
Resultado de Participações Societárias	666	6.241	24.831	41.207	21.178	32.277	20.470	51.415
Resultado Financeiro, Líquido	(31.397)	(178.810)	9.076	6.208	(32.146)	(179.546)	9.038	6.179
Rendas de Aplicações Financeiras	2.779	5.981	3.553	6.438	2.779	5.981	3.600	6.485
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	(36.456)	(185.382)	3.892	5.727	(36.456)	(185.382)	3.892	5.727
Encargos de Dívidas	(5.844)	(11.818)	(6.149)	(12.480)	(5.844)	(11.818)	(6.149)	(12.480)
Encargos Sobre Arrendamentos	(310)	(551)	(271)	(543)	(310)	(551)	(271)	(543)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	8.435	12.960	8.051	7.066	7.686	12.224	7.966	6.990
Resultado Operacional	278.696	212.247	104.958	225.282	278.737	212.001	105.465	224.719
RESULTADO ANTES DO IR E CS	278.696	212.247	104.958	225.282	278.737	212.001	105.465	224.719
Imposto de Renda Corrente	(14.732)	(37.366)	(24.175)	(50.421)	(14.811)	(37.525)	(24.262)	(50.548)
Imposto de Renda Diferido	(54.527)	(54.259)	7.370	14.974	(54.527)	(54.259)	7.370	14.974
Contribuição Social Corrente	(7.791)	(18.325)	(8.943)	(18.640)	(7.895)	(18.415)	(8.992)	(18.713)
Contribuição Social Diferida	(17.292)	(15.026)	2.653	5.391	(17.292)	(15.026)	2.653	5.391
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	184.353	87.271	81.863	176.586	184.271	86.777	82.234	175.822
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	19,04	9,01	8,46	18,24	19,03	8,96	8,49	18,16
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	19,04	9,01	8,46	18,24	19,03	8,96	8,49	18,16
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora	-	-	-	-	184.353	87.271	81.863	176.586
Atribuído ao Acionista Não Controlador	-	-	-	-	(02)	(494)	371	(764)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Demonstração do Resultado Abrangente
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		184.353	87.271	81.863	176.586	184.271	86.777	82.234	175.822
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		3.634	(5.706)	8.390	11.819	3.634	(5.706)	8.390	11.819
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	11	5.506	(8.645)	10.413	16.183	5.506	(8.645)	10.413	16.183
Venda de Títulos do Governo.....	11	-	-	597	(673)	-	-	597	(673)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes.....	11	(1.872)	2.939	(2.620)	(3.691)	(1.872)	2.939	(2.620)	(3.691)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		187.987	81.565	90.253	188.405	187.905	81.071	90.624	187.641
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora						187.987	81.565	90.253	188.405
Atribuído ao Acionista Não Controlador						(81)	(494)	371	(763)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais)

		CONTROLADORA							CONSOLIDADO		
		Reserva de Lucro									
Nota Explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Reserva Estatutaria	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total	
Saldos em 31/12/2018		915.633	1.009.304	31.176	841.576	62.354	-	(487.463)	2.372.580	16.238	2.388.818
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	176.646	-	176.646	(765)	175.881
Outros resultados abrangentes											
	Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	15.510	15.510	-	15.510
	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	(3.691)	(3.691)	-	(3.691)
	Efeitos do CPC 47		-	-	-	-	19.575	(19.575)	-	-	-
	Imposto de renda e contribuição social sobre RBSE (CPC 47)		-	-	-	-	-	4.659	4.659	-	4.659
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos			-	-	-	-	19.575	(3.097)	16.478	-	16.478
Ajuste de Avaliação Patrimonial											
	Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	4.749	(4.749)	-	-	-
	Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	1.617	1.617	-	1.617
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos			-	-	-	-	4.749	(3.132)	1.617	-	1.617
Saldos em 30/06/2019		915.633	1.009.304	31.176	841.576	62.354	200.970	(493.692)	2.567.321	15.473	2.582.794

		CONTROLADORA							CONSOLIDADO			
		Reserva de Lucro										
Nota Explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Reserva Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total	
Saldos em 31/12/2019		915.633	650.000	421.658	53.146	945.932	208.712	-	(762.341)	2.432.740	14.368	2.447.108
Aumento de Capital		650.000	(650.000)	-	-	-	-	-	-	-	1.410	1.410
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	87.271	-	87.271	(493)	86.778
Outros resultados abrangentes												
	Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	(8.645)	(8.645)	-	(8.645)
	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	2.939	2.939	-	2.939
	Registro da Perda Atuarial	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Efeitos do CPC 47		-	-	-	-	-	18.446	(18.446)	-	-	-
	Imposto de renda e contribuição social sobre RBSE (CPC 47)		-	-	-	-	-	-	4.390	4.390	-	4.390
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos			-	-	-	-	-	18.446	(19.762)	(1.316)	-	(1.316)
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
	Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	4.490	(4.490)	-	-	-
	Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	1.526	1.526	-	1.526
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos			-	-	-	-	-	4.490	(2.964)	1.526	-	1.526
Saldos em 30/06/2020		1.565.633	-	421.658	53.146	945.932	208.712	110.207	(785.067)	2.520.221	15.286	2.535.507

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido do Período		87.271	176.586	86.777	175.822
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa					
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		185.455	(6.098)	185.455	(6.098)
Encargos de Dívidas Provisionados.....		11.834	12.753	11.834	12.753
Depreciação e Amort. de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	32	(14.488)	15.549	(14.488)	15.549
Resultado de Equivalência Patrimonial		(6.241)	(41.207)	(32.278)	(51.415)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras		63.718	65.024	63.718	65.024
Constituição de Provisão Para Perda Estimada com Créd. de Liquidação Duvidosa	32	(4.385)	3.710	(4.385)	3.710
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		60.428	(20.262)	60.428	(20.262)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível		(226)	49	(226)	49
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	11	(436)	(5.192)	(436)	(5.192)
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE		(415.034)	(53.590)	(415.034)	(53.590)
Outros		1.272	-	(3.064)	2.686
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES		(30.832)	147.322	(61.699)	139.036
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante					
		202.492	222.448	201.441	220.459
Concessionárias e Permissonárias		11.429	865	11.429	865
Tributos a Recuperar		(512)	20.401	(528)	20.401
Estoques		(4.161)	7.191	(4.161)	7.191
Dividendos Recebidos.....		(16.921)	6.514	(16.921)	6.514
Investimentos em Títulos do Governo		(7.773)	9.886	(7.773)	9.886
Pagamentos Antecipados		43	(117)	114	(209)
Créditos com Partes Relacionadas.....		(26.062)	92	(26.062)	92
Depósitos Judiciais		36.193	(2.675)	36.055	(3.205)
Ativo Financeiro - RBSE		209.951	141.501	209.951	141.501
Direito de Uso.....		4.366	1.695	4.366	1.695
Outros Créditos a Receber		(1.559)	37.092	(2.527)	35.725
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		(31.394)	(196.023)	(88.222)	(196.394)
Fornecedores		(1.631)	(96.371)	(58.432)	(96.357)
Obrigações Trabalhistas		1.464	642	1.464	635
Obrigações Estimadas.....		-	-	5	37
Obrigações Fiscais		-	436	(104)	19
Provisão para Benefícios a Empregados		(21.526)	(63.334)	(21.526)	(63.334)
Obrigações da Concessão		(2.530)	(3.477)	(2.530)	(3.477)
Pagamento de Encargos de Dívidas		(11.106)	(11.684)	(11.106)	(11.684)
Dividendos Obrigatórios.....		2	(74)	(8)	(74)
Outros Passivos		3.933	(22.161)	4.015	(22.159)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS		140.265	173.747	51.519	163.101
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento		15.241	(71.604)	97.671	(79.934)
Aumento de Investimentos		107.945	10	105.938	10
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		2.677	(4.739)	73.877	(13.069)
Aquisição de Ativo Intangível		(69)	(517)	(69)	(517)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(84.430)	(25.048)	(71.193)	(25.048)
Aumento do Ativo Contratual		(10.882)	(41.310)	(10.882)	(41.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento		(20.414)	(17.489)	(17.906)	(1.900)
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos		(20.414)	(17.489)	(20.414)	(17.489)
Partes Relacionadas.....		-	-	2.508	15.589
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		135.093	84.654	131.285	81.267
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	311.362	182.196	319.575	186.601
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	446.455	266.850	450.860	267.868

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
		Reapresentado		Reapresentado	
RECBTAS					
Receita Operacional Bruta	31	904.259	633.286	917.943	656.645
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	33	4.385	(3.710)	4.385	(3.710)
Outras Receitas e Despesas		12.503	7.717	12.503	7.717
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(128.288)	(107.407)	(166.713)	(140.568)
Material	33	(4.838)	96	(5.549)	96
Serviços de Terceiros	33	(21.385)	(19.946)	(25.695)	(22.221)
Custo de Energia Comprada	33	(73.832)	(45.211)	(73.832)	(45.211)
Outros Custos Operacionais	33	(1.434)	(686)	(1.434)	(686)
Custo de Construção	33	(17.591)	(48.990)	(24.197)	(68.404)
Outras Despesas Operacionais	33	(9.207)	7.330	(36.005)	(4.142)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		792.860	529.886	768.119	520.085
(-) Depreciação e Amortização	33	(13.678)	(15.042)	(13.678)	(15.042)
(-) Depreciação do Ativo de Direito de Uso	33	(3.036)	(1.695)	(3.036)	(1.695)
(-) Provisões	33	(91.377)	(40.883)	(91.377)	(40.883)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		684.769	472.266	660.028	462.465
(+) Resultado de Participações Societárias		6.241	41.207	32.277	51.415
(+) Receitas Financeiras	35	37.403	75.759	37.403	75.810
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		728.413	589.232	729.708	589.690
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal					
Remuneração Direta		148.984	153.217	149.247	153.808
Benefícios		78.105	74.223	78.362	74.806
Plano de Benefícios Previdenciais		12.103	14.831	12.109	14.838
Compromissos Previdenciais		47.399	52.558	47.399	52.558
F.G.T.S.		4.880	5.033	4.880	5.033
F.G.T.S.		6.497	6.572	6.497	6.572
Impostos, Taxas e Contribuições		275.858	186.526	276.649	187.065
Federais		275.690	183.840	276.481	184.379
Estaduais		128	351	128	351
Municipais		40	2.335	40	2.335
Remuneração de Capitais de Terceiros		216.299	72.903	217.035	72.995
Despesas de Locações	33	86	3.352	86	3.352
Despesas Financeiras	35	216.214	69.551	216.950	69.643
Remuneração de Capitais Próprios		87.271	176.586	86.777	175.822
Lucro Líquido do Período		87.271	176.586	86.777	175.822
TOTAL		728.413	589.232	729.708	589.690

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas
às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2020
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de economia mista sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engineering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 o montante de R\$9.947, no exercício de 2016 o valor de R\$176.710 e em 2018 o montante de R\$86.020 e em 2020 R\$60.459; que totalizaram R\$377.429 integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 94,22%.

No segmento de geração, a CEEE-GT exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99% e o capital social integralizado de R\$151.118.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, seriam comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobririam somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itauba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei nº 12.783/2013, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já 12 de 14 das demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia no regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições. O vencimento da atual concessão é indefinido.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, foi definido que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas.

O Decreto n. 10.135, de 28 de novembro de 2019, alterou a redação do Decreto 9.271/2018, que regulamenta os Art. 26, 27, 28 e 30 da Lei nº 9.074/1995. Ele permite a outorga de novo contrato de concessão para aquelas concessionárias públicas de geração que passarão por processo de desestatização. Além de obter uma nova concessão de 30 anos, as empresas desestatizadas poderão migrar seus contratos para o regime de produção independente e negociar a energia no mercado livre (procedimento de “descotização”).

Para fazer parte do processo, o novo Decreto diz que é preciso que a outorga em vigor da concessionária pública tenha prazo de vencimento acima de 3 anos e 6 meses e a licitação seja concluída em até, no máximo, 18 meses antes do fim do prazo de sua validade. Ainda, são permitidas exceções para os casos em que o prazo remanescente da outorga seja inferior a 42 meses e possa haver interesse na desestatização. Nesses casos, Estados e Municípios terão que formalizar requerimento de adesão ao novo modelo em até 90 dias após a

publicação do Decreto e o processo de privatização deverá ser concluído em até seis meses antes do término do contrato ou da outorga.

Essas alterações permitirão que o poder público (de Estados e Municípios) tenha prazo suficiente para realizar as privatizações, bem como o poder concedente (União) tenha o prazo necessário para realizar uma nova licitação se a empresa não optar pela desestatização.

O Decreto publicado define os novos pilares traçados pelo Poder Concedente, visando a Modernização do Setor Elétrico ao incentivar a migração das usinas hidrelétricas do regime de serviço público para o regime de produção independente de energia. Assim, as usinas irão comercializar a energia elétrica livremente no mercado regulado ou no mercado livre. Em contrapartida, a empresa passa a assumir os riscos dessa operação, tais como o risco hidrológico, cabendo a ela adotar a melhor estratégia de comercialização.

Alinhado com a intenção positivada no Decreto, em janeiro de 2020, o acionista controlador da CEEE-GT formalizou pedido de renovação da concessão da UHE Itauba, desde já comunicando que se encontra em curso processo de desestatização.

Atualmente o MME se encontra em processo de atualização das premissas e calendário tentativo para a finalização dos cálculos inerentes à Outorga.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579. Foi definido o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

No que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela Companhia e reconhecidos pela ANEEL. Informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada 05 anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

1.2. Desestatização

Em 04 de julho de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei nº 15.298/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Desta forma está autorizada a alienação ou transferência da participação societária e de seus ativos, bem como o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na holding e suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art.3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995 Em maio de 2019 foi firmado o acordo de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que tem vasta experiência em privatizações e fará a modelagem da venda.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-GT foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 16 de agosto de 2019. O BNDES efetuará a coordenação do projeto durante todas as fases, que compreendem estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora. Além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização.

Em 31 de março de 2020 a Administração publicou Fato Relevante informando aos acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial, segregando os segmentos de Geração e Transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE GT.

A expectativa é de que os leilões de desestatização dos negócios de geração e transmissão sejam realizados no 1º trimestre de 2021.

1.3. Coronavírus (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

1.3.1. Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia.

No Brasil, o governo federal publicou diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública.

Os governos estaduais e municipais também publicaram atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços não essenciais, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A partir de 13 de março de 2020 a CEEE-D adotou medidas que contribuem com os esforços governamentais para prevenir e mitigar os efeitos no local de trabalho, dentre essas medidas, estão:

- criação de comissão para avaliar e acompanhar a situação no âmbito da empresa, propondo medidas de prevenção e contenção relacionadas ao COVID-19;
- suspensão de treinamentos e reuniões presenciais;
- cancelamento de viagens intermunicipais, interestaduais, assim como aquelas nacionais e internacionais;
- adoção do tele trabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade, evitando deslocamentos e potencial risco de contágio;
- liberação da força de trabalho dos estagiários;
- orientações às equipes técnicas, assim como o fornecimento de materiais de proteção, com vistas a assegurar o perfeito andamento dos trabalhos de manutenção das redes de distribuição, permitindo a adequada operação e o fornecimento de energia elétrica para todos os consumidores, em especial àqueles responsáveis pela segurança e saúde da população;
- reforço de campanha de comunicação interna para medidas de prevenção e contenção à COVID - 19;
- acompanhamento dos empregados com suspeita ou confirmação de contágio por COVID-19, promovendo a orientação às suas chefias;
- prestação de atendimento psicológico na modalidade on-line;
- aquisição máscaras para todos os empregados;
- participação nos fóruns nacionais com troca de experiências sobre o gerenciamento da situação no setor elétrico brasileiro e internacional

Medidas de assistência governamental

Diante deste cenário, medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração federal, com o objetivo de auxiliar as empresas na redução das implicações econômicas da pandemia, com destaque para as seguintes:

- postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente;
- referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Medida Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020, possibilitou o pagamento parcelado em seis parcelas com vencimento a partir do mês de julho, sem a incidência de atualização de multa e encargos;
- redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- prorrogação de prazos para a entrega de obrigações acessórias, como por exemplo: DCTF, EFD, ECD e ECF;
- isenção do Imposto para Operações Financeiras - IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias;

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão desse relatório, tem caráter temporário e servirão para minimizar os reflexos negativos da pandemia nos próximos três meses aproximadamente.

Impacto nas demonstrações financeiras

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a CEEE-GT vem acompanhando as repercussões do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, avaliando constantemente os efeitos reais e potenciais nas suas atividades comerciais e operacionais, na situação financeira e no seu desempenho econômico, sendo as principais análises mencionadas abaixo (mas não se limitando a):

- **Reconhecimento de receita:**
A Companhia vem avaliando os impactos das diversas medidas para conter a disseminação de contágios do COVID-19 sobre o reconhecimento das suas receitas com o Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e com o suprimento de energia elétrica. No período destas demonstrações contábeis não foram identificados impactos significativos na receita operacional bruta que ensejassem qualquer modificação nas políticas de reconhecimento de receita.
- **Provisão de perda esperada:**
A Companhia avalia frequentemente o nível de inadimplência em sua carteira de contratos, sendo que não foram observadas variações significativas no nível de inadimplência do contas a receber de 30 de junho de 2020 que indicassem qualquer complemento de perdas estimadas além das já reconhecidas nestas demonstrações contábeis.
- **Valor realizável de estoques:**
Não são esperadas provisões de perdas sobre os saldos dos estoques de investimento e de O&M (Operação e Manutenção) além das perdas registradas pelos inventários periódicos.
- **Recuperabilidade de ativos:**
A Companhia avalia com bastante zelo os possíveis impactos das ações para combate à disseminação ao COVID-19 sobre as premissas imputadas nos fluxos de caixa de seus ativos financeiros e contratuais, de forma a identificar qualquer elemento que leve ao ajuste de tais premissas. Ajustes de premissas poderiam levar à manutenção dos níveis de registros de perda por *impairment* sobre os ativos. Para estas demonstrações contábeis de 30 de junho de 2020, não foram identificados elementos que levassem a modificar estas premissas assim como registrar qualquer perda adicional.

- **Empréstimos e financiamentos:**

A Companhia não deixou de adimplir com suas parcelas de empréstimos e financiamentos vencidas no período destas demonstrações contábeis. Os reflexos provocados pela desvalorização cambial da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foram reconhecidos no resultado e no balanço patrimonial do período, representando uma despesa com variação cambial no montante de R\$ 185 (cento e oitenta e cinco) milhões em 1S2020.

- **Investimentos:**

A Companhia mantém a execução de seus investimentos em níveis satisfatórios para sustentar a adequada operação de suas linhas de transmissão, subestações e usinas de geração. Além disso, não foram observados, até o momento, qualquer risco de quebra contratual por parte dos fornecedores no que diz respeito ao fornecimento de materiais e prestação de serviços que possa comprometer os investimentos da Companhia.

A CEEE-GT atuará de forma contínua na atualização das informações relacionadas ao COVID-19 no monitoramento constante de mudanças nas variáveis macroeconômicas e de negócios a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos sobre a Companhia.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As Demonstrações Financeiras Compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais

As informações trimestrais individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais, a partir de 2014, não diferem da norma IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas informações trimestrais, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. e, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Em 12 de agosto de 2020, a Diretoria Colegiada da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações trimestrais individuais e consolidadas, submetendo-as às análises do Comitê de Auditoria Estatutário.

3.1.1. Base de Mensuração

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.2. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.3. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 30.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, estando suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para Perda estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da Administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. As estimativas são construídas a partir da análise do histórico de inadimplência dos últimos 24 meses, com o intuito de identificar possíveis evidências significativas no aumento do risco de crédito para as carteiras dos diversos instrumentos contratuais.

Desta forma, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

Quando a Companhia presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

Ativo Intangível

A Companhia reconhece a amortização de seus ativos intangíveis, basicamente softwares e direitos dessa natureza, com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para estes ativos. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

3.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	30/06/2020	31/12/2019
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	94,22%	92,63%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis são consistentes com o praticado na preparação das informações trimestrais de 31 de dezembro de 2019, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal Cidades (Jornal do Comércio) em 24 de abril de 2020.

4.1. Reapresentação dos saldos comparativos

Em consequência da adoção da norma NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, Arrendamentos, nas demonstrações contábeis anuais do exercício de 2019 e da reclassificação dos valores relativos aos Depósitos Judiciais a Companhia está reapresentando seu Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e respectivas notas explicativas aplicáveis às informações trimestrais do período findo em 31 de dezembro e 30 de junho de 2019.

Os efeitos comparativos antes e após a adoção das normas são demonstrados na tabela a seguir:

Balço Patrimonial

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes da reclassificação	Reclassificação	Reapresentação após efeitos	Apresentação antes da reclassificação	Reclassificação	Reapresentação após efeitos
	31/12/2019		31/12/2019	31/12/2019		31/12/2019
ATIVO	5.046.387		5.085.787	5.132.963		5.172.363
Ativo Circulante	1.082.632		1.082.632	1.079.831		1.079.831
Ativo Não Circulante	3.963.755	39.400	4.003.155	4.053.132	39.400	4.092.532
Depósitos Judiciais	45.545	39.400	84.945	71.277	39.400	110.677
PASSIVO	5.046.387		5.085.787	5.132.963		5.172.363
Passivo Circulante	503.161		503.161	510.778		510.778
Passivo Não Circulante	2.110.486	39.400	2.149.886	2.175.077	39.400	2.214.477
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	163.267	39.400	202.667	165.988	39.400	205.388
Patrimônio Líquido	2.432.740		2.432.740	2.447.108		2.447.108

Demonstração do Resultado

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação após efeitos	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação após efeitos
	30/06/2019	NBC TG 06 (R3)	30/06/2019	30/06/2019	NBC TG 06 (R3)	30/06/2019
Receita Operacional	633.286	-	633.286	656.645	-	656.645
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	516.382	-	516.382	539.442	-	539.442
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	-	(1.695)	(1.695)	-	(1.695)	(1.695)
Arrendamento e Aluguéis	(3.352)	2.178	(1.174)	(3.352)	2.178	(1.174)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	249.797	484	250.281	240.304	484	240.788
Ganhos (perdas) mensuração.	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO SERVIÇO	177.385	484	177.869	166.641	484	167.125
Encargos de arrendamentos	-	(543)	(543)	-	(543)	(543)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	6.751	(543)	6.208	6.722	(543)	6.179
RESULTADO ANTES DO IR E CS	225.343	(60)	225.284	224.778	(60)	224.719
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	176.646	(60)	176.587	175.882	(60)	175.823

Demonstração de Fluxo de Caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/06/2019	IFRS 16 e reclassificações	30/06/2019	30/06/2019	IFRS 16 e reclassifica	30/06/2019
Lucro do Exercício	176.646	(60)	176.586	175.882	(60)	175.823
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	147.382	(60)	147.322	139.096	(60)	139.036
Direito de Uso	-	(1.695)	(1.695)	-	(1.695)	(1.695)
Arrendamentos a Pagar	-	1.635	1.635	-	1.635	1.635
Ativo Contratual	(41.310)	41.310	-	(41.310)	41.310	-
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	132.437	41.310	173.747	121.791	41.310	163.101
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(30.294)	(41.310)	(71.604)	(38.624)	(41.310)	(79.934)

Demonstração do valor Adicionado

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos 30/06/2019	Efeitos da adoção IFRS 16	Reapresentação 30/06/2019	Apresentação antes dos efeitos 30/06/2019	Efeitos da adoção IFRS 16	Reapresentação 30/06/2019
RECEITAS	633.286	-	633.286	656.645	-	656.645
Outras receitas	4.008	-	4.008	4.008	-	4.008
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(109.585)	2.178	(107.407)	(142.746)	2.178	(140.568)
Outras despesas operacionais	5.152	2.178	7.330	(6.320)	2.178	(4.142)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	527.708	2.178	529.886	517.907	2.178	520.085
(-) Depreciação do Ativo de Direito de Uso	-	(1.695)	(1.695)	-	(1.695)	(1.695)
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	588.749	483	589.232	589.207	483	589.690
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS						
Despesas Financeiras	69.008	543	69.551	69.100	543	69.643
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO						
Lucro (Prejuízo) do Período	176.646	(60)	176.586	175.882	(60)	175.822

4.2. Novas normas e interpretações

4.2.1. Novas normas e interpretações ainda sem impacto

IFRS 17 – Contratos de Seguros

Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o NBC TG 11 – Contratos de Seguro, que mantém requisitos das regras locais vigentes. O objetivo deste IFRS é fornecer um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguro, fornecendo informações relevantes sobre a essência destes contratos nas demonstrações financeiras das companhias, estando em linha com a padronização internacional das normas contábeis. A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Numerário Disponível	5.1	1.690	1.635	3.887	2.517
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL	5.2	444.765	309.727	446.938	317.058
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		446.455	311.362	450.825	319.575
NÃO CIRCULANTE					
Fundo Bradesco Empresas		7	7	7	7
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		7	7	7	7

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$1.690 (R\$1.635 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$444.765 (R\$309.727 em 31 de dezembro de 2019) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Suprimento de Energia	21.726	21.278	21.726	21.278
Encargos de uso da Rede	82.412	85.380	84.137	86.873
Energia de Curto Prazo - CCEE	3.698	7.310	3.698	7.310
Títulos de Crédito a Receber	484	474	484	474
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa ..	(4.973)	(4.052)	(4.973)	(4.052)
	<u>103.346</u>	<u>110.390</u>	<u>105.071</u>	<u>111.883</u>

6.1. Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$4.973 (R\$4.052 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de 03 meses.

	31/12/2019	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		30/06/2020
		ADIÇÕES	EXCLUSÕES	
Suprimento de Energia	11	-	-	11
Encargos de uso da Rede	4.041	1.076	(155)	4.962
	<u>4.052</u>	<u>1.076</u>	<u>(155)</u>	<u>4.973</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
PI\$ / COFINS a Compensar	194	281	194	281
INSS a Compensar	120	211	120	211
IRPJ e CSLL a Compensar	281	637	281	637
IRPJ e CSLL Base Negativa	920	898	1.085	1.061
	<u>1.515</u>	<u>2.027</u>	<u>1.680</u>	<u>2.190</u>
NÃO CIRCULANTE				
PI\$ / COFINS a Compensar	2	2	2	2
IRPJ e CSLL a Compensar	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar	3	3	3	3
	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Estoque de Operação	16.195	20.356	16.195	20.356
	<u>16.195</u>	<u>20.356</u>	<u>16.195</u>	<u>20.356</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	13.631	12.251	13.631	12.251
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		6.010	7.707	6.010	7.707
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		4.415	12.709	4.415	12.709
Cedência de Funcionários	37	481	481	481	481
Conta Gráfica	9.2/37	228	-	228	-
Dividendos a Receber.....	9.3	4.541	7.078	4.541	7.078
Custos a Reembolsar.....	9.4	24.772	28.689	5.641	12.357
Outros Devedores		22.690	6.836	23.197	7.248
		<u>76.768</u>	<u>75.750</u>	<u>58.144</u>	<u>59.830</u>
NÃO CIRCULANTE					
Outros		1.325	3.902	13.210	87.388
		<u>1.325</u>	<u>3.902</u>	<u>13.210</u>	<u>87.388</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$13.631 (R\$12.251 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. (vide nota explicativa 24.1).

9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$228 em 30 de junho de 2020 refere-se ao pagamento de despesas, entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, e da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR.

9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$4.541 (R\$7.078 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a dividendos declarados pelas investidas, com a seguinte composição: Chapecoense R\$8, TSLE R\$4.380, Etau R\$22 e Enerfin R\$114.

9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$24.772 (R\$28.689 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos contratos de prestação de serviços, os quais tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

10. MÚTUO CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 com regramento contratual de devolução em 24 meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 e mantendo o prazo de 24 meses, cujo objeto foi à alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho nº 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212.

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho nº 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas, CAENMF, pertencente à CEEE-D, permitindo amortizar R\$293.869 do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL de acordo com o Despacho nº 1.716, anuiu à celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, o qual teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$72.282 da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente em 15 de agosto de 2018 a Agência Reguladora emitiu o Despacho nº 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$300.000, pelo prazo de 24 meses. Mensalmente, a CEEE-D liquida a parcela relativa aos juros pactuados. Em 2020 a CEEE-D pagou CEEE-GT o montante de R\$44.523.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$347.102.

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	373.164	373.240
Apropriação e Encargos.....	18.461	21.662
Recebimento de Encargos	(9.543)	(21.738)
Recebimento Principal	(34.980)	-
Saldo Final	347.102	373.164

Em 06 de maio de 2020, foi assinado o novo Instrumento de Refinanciamento do saldo devedor do Contrato de Mútuo com objetivo de reperfilamento da dívida. O refinanciamento é de R\$359.333, valor atualizado até 05 de maio de 2020. No instrumento está previsto pagamento do montante em 24 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento no dia 15 de cada mês. Os encargos financeiros serão calculados mediante aplicação de 100% da variação do certificado Interbancário – CDI, pro rata die, contados da data de liberação dos valores até a data da efetiva liquidação.

A CEEE-D pagará à CEEE-GT 23 parcelas respeitando o teto financeiro de R\$7.300 mensais, composto pela soma do principal e juros. A parcela final contemplará a da integralidade do saldo residual existente. Em caso de atrasos, sobre as parcelas inadimplidas, incidirá multa de 2% e a variação de 100% do CDI, pro rata die, aplicados cumulativamente, desde a data do vencimento até o a data do pagamento.

Em 23 de julho de 2020 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Mútuo celebrado em 06 de maio de 2020. O objeto do 1º TA é o oferecimento de garantias pela CEEE-D, consistente nos direitos creditórios provenientes da venda de energia elétrica da CEEE-D através do Contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas.

O contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas foi celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-GT em 24 de julho de 2020 e estabelece os termos e condições de cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pela CEEE-D no Contrato de Mútuo e no Primeiro Termo Aditivo. A CEEE-D vinculou a CEEE-GT, até a liquidação final das obrigações, os recursos resultantes do recebimento das faturas de fornecimento depositadas na conta centralizadora mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE GT pode acionar o mecanismo de execução das garantias nas hipóteses de inadimplemento previstas (atraso de três parcelas consecutivas ou alternadas ou atraso superior a 30 dias da 24ª parcela).

11. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Investimentos em Títulos do Governo	110.931	119.140	110.931	119.140
	110.931	119.140	110.931	119.140

11.1. Descrição

O saldo de R\$110.931 (R\$119.140 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à liquidação judicial do processo nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobras.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

11.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrasetoriais e financiamentos perante a Eletrobras, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

Desde a adoção da norma IFRS 9 (NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros), este ativo é classificado como Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

11.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios de 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA).

11.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2019	119.140	22.290	13.253	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	3.031	-	-	3.031	-
Valorização do valor justo	(8.645)	-	(8.645)	-	-
Juros Recebidos.....	(2.595)	-	-	-	-
Efeito tributário.....	-	(1.909)	2.939	-	(1.030)
Posição em 30/06/2020	110.931	20.381	7.547	3.031	(1.030)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 22.4 as NTN-Bs estão vinculadas às garantias do empréstimo com o BNDES.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais.....	82.252	45.545	108.123	71.277
Depósitos Judiciais Vinculados.....	38.886	39.400	38.886	39.400
	121.138	84.945	147.009	110.677

O valor de R\$82.252 (R\$45.545 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável.

O valor de R\$38.886 (R\$ 39.400 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos depósitos judiciais vinculados às Provisões para Contingências Passivas a que se referem.

13. ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	202.106	122.677	205.347	125.770
Não Circulante	756.345	824.892	1.027.232	1.090.951
	958.451	947.569	1.232.579	1.216.721

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração aplica o modelo "Ativo Contratual", em observância à norma NBC TG 47, considerando que a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida) e à RAG (Receita Anual de Geração), e não somente à passagem do tempo.

A Administração considera ainda que as novas receitas atinentes aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, às novas obras de reforços e melhorias, as quais são submetidas às Resoluções Autorizativas e revisões tarifárias que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados. Neste contexto, as receitas autorizadas não prevêm margens de construção, não havendo ganhos ou perdas de eficiência nesta fase, ou estão próximas a zero.

Em 30 de junho de 2020, o valor de R\$958.451 é composto por R\$29.652, referente à infraestrutura vinculada ao Contrato de Concessão nº 080/2002, por R\$819.844, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$108.955 refere-se ao Contrato de Concessão nº 025/2000. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras que não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

13.1. Movimento do Ativo de Concessão – Contratual

	CONSOLIDADO				Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	807.425	32.913	107.231	269.152	1.216.721
(+) Receita de Construção (Adições).....	13.968	-	3.623	640	18.231
(+) Receita Financeira.....	51.032	4.646	1.430	12.067	69.175
(-) Baixas.....	(1.406)	-	-	-	(1.406)
(-) Amortização do período.....	(51.181)	(7.907)	(3.316)	(7.977)	(70.381)
(-) Outros.....	6	-	(13)	246	239
Saldo em 30 de Junho de 2020	819.844	29.652	108.955	274.128	1.232.579
Em 30 de Junho de 2020 - Circulante	184.030	11.799	6.277	3.241	205.347
Em 30 de Junho de 2020 - Não Circulante	635.814	17.853	102.678	270.887	1.027.232

Em 30 de junho de 2020, o valor de R\$1.232.579 é composto de R\$819.844 referente ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001, por R\$29.659 referentes à infraestrutura vinculada ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 080/2002, por R\$108.955 referentes ao Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000, e R\$274.128 referente ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 001/2011, da Controlada TESB.

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), classificados como Ativo Contratual, é de R\$163.867 e a Parcela de Ajuste – PA é de R\$ 63.982. Para estes ativos, a receita de Operação e Manutenção - O&M é estimada em 19,04% da RAP e a remuneração reconhecida em 2020 pela taxa implícita do contrato é de 14,7% a.a.

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 080/2002, classificados como Ativo Contratual, é de R\$14.787. A receita de O&M é estimada em 30% da RAP e a remuneração reconhecida em 2019 pela taxa implícita do contrato é de 37,0% a.a.

Os ativos do Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000 alcançados pela Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Contratual, tem sua Receita Anual de Geração - RAG de R\$118.415 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587/2019, contemplando o valor de R\$46.984 de receita adicional para a remuneração do capital e investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão. A receita de O&M é estimada em 95% da RAG e em 2019 a remuneração reconhecida pela taxa implícita do contrato foi de 3,51% a.a.

13.2. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;

- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

14.ATIVO DE CONCESSÃO – FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	422.026	319.357	422.026	319.357
Não Circulante	1.362.251	1.254.969	1.362.251	1.254.969
	<u>1.784.277</u>	<u>1.574.326</u>	<u>1.784.277</u>	<u>1.574.326</u>

O montante de R\$1.784.277 (R\$1.574.326 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais, conforme previsão da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União, tendo seus valores estabelecidos no Despacho ANEEL nº 1.643/2016.

Os recebimentos das parcelas de indenização por meio da RAP de Transmissão foram definidos na Portaria MME nº 120, de 20 de abril de 2016, sendo os valores para o ciclo de RAP 2017/2018 homologados pela Resolução ANEEL nº 2.258/2017, para o ciclo 2018/2019 Resolução ANEEL nº 2.408/2018, para o ciclo 2019/2020 pelo Resolução ANEEL nº 2.565/2019 e para o ciclo 2020/2021 pelo Resolução ANEEL nº 2.725/2020.

14.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	Contrato 055/2001 RBSE	
	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	<u>1.574.326</u>	<u>1.695.505</u>
(+) Receita Financeira.....	357.926	168.181
(-) Amortização do período.....	(147.975)	(289.360)
Saldo final	<u>1.784.277</u>	<u>1.574.326</u>
Saldo Circulante.....	<u>422.026</u>	<u>319.357</u>
Saldo Não Circulante.....	<u>1.362.251</u>	<u>1.254.969</u>

Em 30 de junho de 2020, através da Resolução Homologatória nº 2.709/2020, a ANEEL aprovou de forma provisória a Revisão Periódica da Receita Anual Permitida - RAP do Contrato de Concessão nº 55/2001, concedido à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e prorrogado nos termos da Lei nº 12.783, de 2013.

A Revisão Tarifária teve impacto de 11,7% sobre as receitas dos ativos da RBSE (Base Blindada) classificados no Ativo Financeiro, decorrente da incorporação do parâmetro “ke” (capital próprio) ao componente financeiro, além da revisão das taxas de remuneração de capital (WACC) e dos custos operacionais regulatórios, com base no que consta no Submódulo 9.1 do PRORET e da revisão da base de remuneração blindada. Os efeitos retroativos a 2018 serão recebidos através de Parcela de Ajuste – PA a ser paga até o final do ciclo tarifário (2023).

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2019 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001, abrangidos pela Portaria nº 120 MME, é de R\$690.000, sendo R\$ 313.197 de O&M e R\$ 376,803 da parcela de indenização da RBSE que amortiza o ativo financeiro (R\$160.307 referente ao componente econômico e R\$216.497 ao componente financeiro). A Parcela de Ajuste – PA anual da RBSE é R\$ 74.164 (R\$ 14.490 da PA de O&M e R\$ 59.664 da PA dos componentes econômico e financeiros).

O Ativo Financeiro é remunerado pelo WACC regulatório de 6,96%, além da variação do IPCA reconhecida nos reajustes. Excepcionalmente, em 30 de junho de 2020, com o efeito da Revisão Tarifária, das novas receitas da RBSE e das Parcelas de Ajuste estabelecidas, a remuneração do ativo financeiro foi incrementada em R\$ 317 milhões.

15. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Pagamentos Antecipados.....	1.530	1.573	1.665	1.730
	<u>1.530</u>	<u>1.573</u>	<u>1.665</u>	<u>1.730</u>

O valor de R\$1.530 (R\$1.573 em 31 de dezembro de 2019), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidores livres e/ou autoprodutores com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

16. INVESTIMENTOS

16.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	998.937	884.253	662.255	547.571
Avaliadas pelo método de custo.....	2.889	2.889	2.889	2.889
(-) Provisão Para Redução Ao Valor Recuperável.....	(124.499)	(124.499)	(124.499)	(124.499)
	<u>877.327</u>	<u>762.643</u>	<u>540.645</u>	<u>425.961</u>

16.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes segmentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
CERAN	TESB	Ventos de Curupira
Jaguari	FOTE	Ventos de Povo Novo
Chapecoense	TSLE	Ventos de Vera Cruz
ENERCAN	TPAE	Palmares
	ETAU	Ventos da Lagoa
		Ventos do Litoral
		Ventos do Sul
		Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB.....	435.753	94,22%	342.190	92,63%
Ventos de Curupira.....	58.890	99,99%	55.929	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	26.146	99,99%	24.639	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	66.347	99,99%	62.759	99,99%
Coligadas				
Chapecoense.....	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Ceran.....	120.000	30,00%	120.000	30,00%
Enercan.....	200.787	6,51%	200.787	6,51%
TSLE.....	379.861	49,00%	379.861	49,00%
TPAE.....	38.146	9,65%	38.146	9,65%
FOTE.....	153.825	49,00%	128.325	49,00%
Etau.....	34.895	10,00%	34.895	10,00%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%

16.3 Controladas

16.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT.

Em 2016 a Companhia integralizou capital na investida no montante de R\$176,7 milhões, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%.

Durante o exercício de 2018 houve nova integralização por parte da CEEE-GT no montante de R\$86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações, sendo acompanhada pela acionista Procable e havendo cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engineering CO Ltda, evento que culminou no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação.

Em março de 2020 a CEEE GT integralizou o montante de R\$60,5 milhões os demais acionistas não acompanharam o aumento de capital reduzindo sua participação no capital social da investida.

A participação acionária da CEEE-GT passou de R\$316.970 para R\$377.429 mediante emissão de 93.878.717 novas ações representando 94,22% do capital social da TESB.

16.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 52,5MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE-GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 23,1MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 8,4MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 21MW;

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

No exercício de 2017 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$14,1 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$39,7 milhões no Ventos de Curupira e R\$38,5 milhões no Ventos de Vera Cruz. Já no exercício de 2018 ocorreu nova integralização nos montantes de R\$10,5 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$16,1 milhões em Ventos de Curupira e R\$24,1 milhões em Ventos de Vera Cruz, mantendo a participação nos empreendimentos em 99,99%, não havendo ágio na operação.

Em 2020 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$1,4 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$2,8 milhões em Ventos de Curupira e R\$3,5 milhões em Ventos de Vera Cruz.

A participação da CEEE GT nas empresas após a integralização de capital de abril de 2020 é de R\$26.078 em Ventos de Povo Novo, R\$58.775 em Ventos de Curupira e R\$ 66.252 em Ventos de Vera Cruz, representando 99,99% de participação nos empreendimentos.

16.3.3 Impairment

Anualmente a Companhia estima o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuro estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um *impairment* de R\$84,2 milhões em 2016 e R\$44 milhões em 2017. Já no exercício de 2018 ocorreu contabilização de R\$10,4 milhões como reversão da perda anteriormente reconhecida.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016, R\$9 milhões em 2017 e R\$1,65 milhões em 2018, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

O laudo elaborado em 2019 para o teste de recuperabilidade das empresas do Complexo Eólico Povo Novo não indicou necessidade de complementação dos valores já reconhecidos como perda de valor recuperável.

Considerando a paralisação das obras do Complexo Eólico Povo Novo em 2017, a CEEE-GT vem fazendo aportes financeiros no empreendimento a fim de preservar as benfeitorias efetuadas, renegociar dívidas com fornecedores e regularização de tributos, ao mesmo tempo em que acompanha a situação dos processos judiciais vinculados às SPE's.

16.4. Coligadas

16.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A, constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE, com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)

16.4.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281Km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154Km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52Km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

16.4.3. Companhia Energética Rio das Antas – CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a terceira unidade geradora.

16.4.4 Transmissora Porto Alegre Ltda - TPAE

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegre de Energia Ltda - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegre de Energia Ltda - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica,

mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de maio de 2019, foi aprovado aumento de capital da TPAE, no entanto a CEEE-GT optou por não acompanhar a integralização de capital, reduzindo sua participação de 20% para 9,65%.

16.4.5 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da CEEE-GT reduziu de 30% para 14,19%. Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU, firmou o Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.7. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.8. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.9. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nestas sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.10. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, de R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade, na aquisição, está disposto abaixo:

Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	<u>168.264</u>
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%).....	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	<u><u>18.174</u></u>

16.4.11. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.12 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.13. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.5. Informações Financeiras das Investidas

16.5.1. Demonstrações Financeiras Controladas

Balço Patrimonial	30/06/2020			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.172	857	468	872
Outros Ativos Circulantes.....	5.275	364	87	47
Ativo Não Circulante.....	308.643	48.724	25.163	59.247
	<u>316.090</u>	<u>49.945</u>	<u>25.718</u>	<u>60.166</u>
Passivo e Patrimônio Líquido				
Outros Passivos Circulantes.....	9.494	202	98	139
Outros Passivos Não Circulantes.....	41.414	3.096	1.487	3.222
Patrimônio Líquido.....	265.182	46.647	24.133	56.805
	<u>316.090</u>	<u>49.945</u>	<u>25.718</u>	<u>60.166</u>

Demonstração do Resultado	30/06/2020			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida.....	13.175	11	4	10
Custo de Operação.....	(11.217)	-	-	-
Lucro Bruto.....	1.959	11	4	10
Despesas Operacionais.....	(9.494)	(9.784)	(673)	(7.578)
Resultado Financeiro.....	(736)	-	-	-
Lucro Antes dos Impostos.....	(8.272)	(9.773)	(669)	(7.568)
Impostos sobre o Lucro.....	(249)	-	-	-
Prejuízo Líquido.....	(8.521)	(9.773)	(669)	(7.568)

16.5.2. Demonstrações Financeiras Controladas e Coligadas

	30/06/2020				
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas					
TESB.....	402.649	265.182	265.182	(8.521)	(8.521)
Ventos de Curupira.....	58.781	46.646	46.646	(9.774)	(9.774)
Ventos de Povo Novo.....	26.078	24.133	24.133	(670)	(670)
Ventos de Vera Cruz.....	66.252	56.805	56.805	(7.569)	(7.569)
Coligadas					
Chapecoense.....	714.509	1.185.290	1.185.290	160.632	160.632
Jaguari.....	17.680	13.798	13.798	(1.138)	(1.138)
Ceran.....	120.000	266.492	266.492	48.069	48.069
Enercan.....	200.787	413.081	413.081	140.759	140.759
TSLE.....	379.861	418.657	418.657	(1.885)	(1.885)
TPAE.....	38.146	43.035	43.035	1.482	1.482
FOTE.....	153.825	168.793	168.793	(1.761)	(1.761)
Etau.....	34.895	78.875	78.875	9.085	9.085
Palmares.....	114.116	125.358	125.358	7.371	7.371
Ventos da Lagoa.....	88.701	117.367	117.367	7.325	7.325
Ventos do Litoral.....	102.901	119.743	119.743	5.758	5.758
Ventos do Sul.....	964	31.570	31.570	30.413	30.413
Ventos dos Índios.....	63.641	83.446	83.446	1.250	1.250

16.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.013	2.013	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.535</u>	<u>2.535</u>	<u>2.535</u>	<u>2.535</u>

16.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

16.7. Movimentação dos investimentos

CONTROLADORA/CONSOLIDADO					
	Saldos em 31/12/2019	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 30/06/2020
Controladas					
TESB.....	188.361	60.459	(8.028)	-	240.792
Ventos de Curupira.....	2.931	2.851	(9.773)	-	(3.991)
Ventos de Povo Novo.....	4.985	1.441	(670)	-	5.756
Ventos de Vera Cruz.....	14.847	3.499	(7.568)	-	10.778
Coligadas					
Chapecoense.....	92.219	-	14.457	-	106.676
Jaguari.....	1.915	-	(120)	-	1.795
Ceran.....	89.257	-	14.421	(7.910)	95.767
Enercan.....	29.990	-	9.169	(7.340)	31.818
TSLE.....	205.909	-	(767)	-	205.142
TPAE.....	4.112	-	143	-	4.255
FOTE.....	54.158	39.695	(11.144)	-	82.710
Etau.....	8.286	-	909	-	9.195
Palmares.....	12.317	-	737	(735)	12.319
Ventos da Lagoa.....	11.467	-	733	(462)	11.738
Ventos do Litoral.....	11.398	-	576	-	11.974
Ventos do Sul.....	588	-	3.041	(473)	3.157
Ventos dos Índios.....	8.219	-	125	-	8.344
Ágio Parques Eólicos.....	974	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	-	-	18.174
	<u>760.106</u>	<u>107.945</u>	<u>6.241</u>	<u>(16.921)</u>	<u>857.371</u>

16.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Complexo Eólico Povo Novo.....	7.451	14.527	-	-
FOTE.....	-	39.695	-	39.695
TESB.....	29.800	67.459	-	-
	<u>37.251</u>	<u>121.681</u>	<u>-</u>	<u>39.695</u>

17. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA					
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/06/2020
Custo						
Barragens.....	596.582	-	-	-	-	596.582
Terrenos.....	16.154	-	-	-	-	16.154
Edificações.....	120.128	-	-	-	-	120.128
Máquinas e Equipamentos.....	528.545	-	(601)	1.419	-	529.363
Veículos.....	14.080	-	-	-	-	14.080
Móveis e Utensílios.....	4.148	-	(21)	27	-	4.154
	<u>1.279.637</u>	<u>-</u>	<u>(622)</u>	<u>1.446</u>	<u>-</u>	<u>1.280.461</u>
Depreciação						
Barragens.....	(527.839)	(5.068)	-	-	-	(532.907)
Edificações.....	(110.985)	(290)	-	-	-	(111.275)
Máquinas e Equipamentos.....	(435.368)	(4.174)	376	6	1	(439.159)
Veículos.....	(13.362)	(129)	-	-	-	(13.491)
Móveis e Utensílios.....	(3.639)	(36)	19	(8)	1	(3.663)
	<u>(1.091.193)</u>	<u>(9.697)</u>	<u>395</u>	<u>(2)</u>	<u>2</u>	<u>(1.100.495)</u>
Fora do Escopo (reflexo do ICPD01)						
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.452	-	-	-	-	313.452
Depreciação.....	(19.415)	(175)	-	-	-	(19.590)
	<u>294.037</u>	<u>(175)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.862</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>482.481</u>	<u>(9.872)</u>	<u>(227)</u>	<u>1.444</u>	<u>2</u>	<u>473.828</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>43.484</u>	<u>5.216</u>	<u>-</u>	<u>(3.961)</u>	<u>-</u>	<u>44.739</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>525.965</u>	<u>(4.656)</u>	<u>(227)</u>	<u>(2.517)</u>	<u>2</u>	<u>518.567</u>
	CONSOLIDADO					
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/06/2020
Custo						
Barragens.....	596.582	-	-	-	-	596.582
Terrenos.....	24.848	-	-	-	-	24.848
Edificações.....	153.865	-	-	-	-	153.865
Máquinas e Equipamentos.....	483.154	-	(601)	1.419	-	483.972
Veículos.....	14.080	-	-	-	-	14.080
Móveis e Utensílios.....	4.267	-	(21)	27	-	4.273
	<u>1.276.796</u>	<u>-</u>	<u>(622)</u>	<u>1.446</u>	<u>-</u>	<u>1.277.620</u>
Depreciação						
Barragens.....	(526.903)	(5.068)	-	-	-	(531.971)
Edificações.....	(80.555)	(290)	-	-	-	(80.845)
Máquinas e Equipamentos.....	(480.492)	(4.174)	376	6	1	(484.283)
Veículos.....	(13.323)	(129)	-	-	-	(13.452)
Móveis e Utensílios.....	(3.644)	(36)	19	(8)	1	(3.668)
	<u>(1.104.917)</u>	<u>(9.697)</u>	<u>395</u>	<u>(2)</u>	<u>2</u>	<u>(1.114.219)</u>
Fora do Escopo (reflexo do ICPD01)						
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.459	-	-	-	-	313.459
Depreciação.....	(19.410)	(175)	-	-	-	(19.585)
	<u>294.049</u>	<u>(175)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.874</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>465.928</u>	<u>(9.872)</u>	<u>(227)</u>	<u>1.444</u>	<u>2</u>	<u>457.275</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>192.427</u>	<u>5.581</u>	<u>-</u>	<u>(3.961)</u>	<u>-</u>	<u>194.047</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>658.355</u>	<u>(4.291)</u>	<u>(227)</u>	<u>(2.517)</u>	<u>2</u>	<u>651.322</u>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração que não operam em regime de cotas, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão e outros fora do alcance da ITG 01(R1)/NBC TG 47.

17.1 DIREITO DE USO

O valor de R\$18.211 (R\$13.845 em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao saldo do ativo de direito de uso. A tabela a seguir apresenta as variações ocorridas no período:

Ativos de Direito de Uso	Saldo em 31.12.2019	Adições	Ajuste de Mensuração	Amortizações	Saldo em 30.06.2020
<i>MBC TG 06 (R3) - IFRS16</i>					
Imóveis	3.330	-	(1.002)	(131)	2.197
Terrenos	68	-	(22)	(3)	43
Veículos	10.448	8.426	-	(2.903)	15.971
	13.845	8.426	(1.024)	(3.036)	18.211

18. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	49.867	50.245
Aquisições.....	(68)	(68)
Saldo em 30 de Junho de 2020	49.799	50.177
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(14.833)	(14.833)
Amortização do período.....	(4.640)	(4.640)
Saldo em 30 de Junho de 2020	(19.473)	(19.473)
Em 31 de Dezembro de 2019	35.034	35.412
Saldo em 30 de Junho de 2020	30.326	30.704

É composto pelos gastos realizados com a aquisição de softwares, das licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

19. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Encargos de Uso da Rede	5.494	6.311	5.494	6.311
Suprimento de Energia Elétrica.....	8.095	7.638	8.095	7.638
Materiais e Serviços	9.405	10.659	10.178	14.089
Retenção Contratual	13.568	13.585	13.568	13.585
	36.562	38.193	37.335	41.623

20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Folha de Pagamento Líquida.....	6.654	6.398	6.654	6.398
Provisão para Férias, 13 ^º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	33.485	30.286	33.496	30.292
Retenções sobre a Folha de Pagamento	4.946	6.941	4.946	6.941
Prêmio Assiduidade	291	287	291	287
	45.376	43.912	45.387	43.918

O valor de R\$6.654 (R\$6.398 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

21. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	133	176	133	176
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.739	3.805	5.847	6.615
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	12.564	7.334	12.564	7.334
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	962	1.592	962	1.592
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	5.799	7.747	6.056	8.004
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	647	647
Outros	7.836	9.565	7.933	9.662
	<u>31.033</u>	<u>30.219</u>	<u>34.142</u>	<u>34.030</u>
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	6.480	5.881
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.480</u>	<u>5.881</u>

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

22.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	30/06/2020							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
				Encargos	Principal	Principal		
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	33.689	40.412
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.723	33.689	40.412
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	4,59	2036	01	5.277	16.589	257.123	278.989
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93	2037	01	-	24.343	395.278	419.621
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					5.277	40.932	652.401	698.610
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					5.277	47.655	686.090	739.022
C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2019							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
				Encargos	Principal	Principal		
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	37.066	43.789
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.723	37.066	43.789
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	4,59	2036	01	4.055	12.210	195.365	211.630
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93	2037	01	757	17.310	299.768	317.835
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					4.812	29.520	495.133	529.465
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					4.812	36.243	532.199	573.254

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 - Governo Federal e Governo Estadual/ 03 – Notas do Tesouro Nacional – Série B

22.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de Dezembro 2019.....	6.723	37.066	34.332	495.133	573.254
Encargos.....	1.448	-	10.386	-	11.834
Varição Monetária.....	-	-	9.742	175.713	185.455
Transferências.....	3.362	(3.362)	18.445	(18.445)	-
Taxa Administração.....	-	(15)	-	-	(15)
Amortizações de Principal.....	(3.362)	-	(17.052)	-	(20.414)
Amortizações de Encargos.....	(1.448)	-	(9.644)	-	(11.092)
Saldos em 30 de Junho 2020.....	6.723	33.689	46.209	652.401	739.022

22.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Ao longo de 2017 foi liberado o valor de US\$27.500 que corresponde à R\$87.305 referente ao contrato BID e US\$8.500 que corresponde à R\$28.076 referente ao contrato AFD. Em junho de 2018 ocorreu a última liberação de R\$110.175 referente ao contrato BID.

Em Novembro de 2019 a Companhia apresentou a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos do BID, e em Dezembro de 2019 a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos da AFD.

22.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O contrato original abriu um crédito de até R\$ 236,34 milhões, em três subcréditos (Subcrédito A – investimento em obras de transmissão; Subcrédito B – máquinas e equipamentos com código FINAME; Subcrédito C – a ser aplicado em projetos sociais). O 3º Termo Aditivo reduziu o valor total para R\$ R\$ 71,8 milhões, mantendo o três subcréditos. A CEEE-GT recebeu em tranches o montante de R\$ 69,2 milhões.

O recurso era destinado aos investimentos da Companhia, o valor do crédito foi vinculado à relação de obras apresentadas e aprovadas pelo Banco para a tomada do financiamento, num total de 15 obras, relacionadas no 3º Termo Aditivo;

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor Contrato de Financiamento.

22.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo:

As parcelas de longo prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
PRINCIPAL				
2021	72.448	57.394	72.448	57.394
2022	70.664	55.862	70.664	55.862
2023	66.247	51.696	66.247	51.696
Após 2023	476.731	367.248	476.731	367.248
	686.090	532.199	686.090	532.199

22.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Dólar US\$.....	94,53%	92,36%	94,53%	92,36%
TJLP	5,47%	7,64%	5,47%	7,64%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

22.7. Arrendamentos a pagar

O valor de R\$10.800 (R\$3.706 em 31 de dezembro de 2019) no passivo circulante e R\$7.679 (R\$10.257 em 31 de dezembro de 2019) no Passivo não circulante refere-se ao saldo arrendamentos a pagar relativos aos contratos de locação da Companhia. A tabela a seguir apresenta as variações ocorridas no período:

Categoria	Saldo em 31.12.2019	Adições	Ajustes de Mensuração	Apropriação Encargos	Pagamento de Principal	Pagamento de Encargos	Circulante	Não Circulante	Saldo em 30.06.2020
NBC TG 06 (R) - IFRS 16									
Imóveis	3.326	-	(988)	83	(78)	(75)	241	2.028	2.268
Terrenos	68	-	(22)	2	(2)	(1)	6	39	44
Veículos	10.570	8.561	-	467	(2.877)	(555)	10.554	5.613	16.166
	13.964	8.561	(1.010)	551	(2.957)	(631)	10.800	7.679	18.479

23. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, com término previsto para maio de 2031.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	24.1	246	224	246	224
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	24.3	36.108	33.604	36.108	33.604
Contrato 1254/95 - CEEEPREV		3.250	3.252	3.250	3.252
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	24.2	54.014	47.865	54.014	47.865
Contrato 1254/95 - Plano Único		3.032	3.034	3.032	3.034
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	24.4	43.805	45.050	43.805	45.050
		<u>140.454</u>	<u>133.029</u>	<u>140.454</u>	<u>133.029</u>
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	24.1	2.824	2.869	2.824	2.869
Provisão Plano Único	24.3	109.577	118.152	109.577	118.152
Contrato 1254/95 - Plano Único		29.532	30.591	29.532	30.591
Provisão Plano CEEEPREV	24.2	754.351	761.107	754.351	761.107
Contrato 1254/95 - CEEEPREV		31.654	32.789	31.654	32.789
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	24.4	197.634	209.015	197.634	209.015
		<u>1.125.572</u>	<u>1.154.523</u>	<u>1.125.572</u>	<u>1.154.523</u>
Total		<u>1.266.026</u>	<u>1.287.551</u>	<u>1.266.026</u>	<u>1.287.551</u>

23.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

23.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar chamada reserva a amortizar, hoje, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-GT. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida.

Em 2014 houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora.

Assim existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido.

Especialmente na parte que toca ao benefício definido e a responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-GT há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC quanto no âmbito do Tribunal de Contas do Estado – TCE, que afirmam a ilegalidade desse procedimento.

Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos 109, 132 e 147) a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício saldado (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora.

A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal, determinando através da Portaria PREVIC nº 213, de 23.04.2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/98.

Contrária à determinação da PREVIC a ELETROCEEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal que, em primeira instância foi julgada improcedente, estando pendente de julgamento recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo, razão pela qual impede o cumprimento imediato da decisão pela PREVIC.

Na mesma esteira do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do RS também apontou ilegalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia.

Considerando a natureza societária da CEEE-GT (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso no âmbito da justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18/12/2019 foi deferido pedido de antecipação de tutela determinando que a ELETROCEEE enquadre os aportes exigidos da empresa aos ditames do art. 202, § 3º, da CF e art. 6º da Lei Complementar 108/2001. De outro lado a Fundação ELETROCEEE interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recursal vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014.

Conceitualmente a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%.

23.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº 30 de 30/10/2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a

Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da Companhia (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

23.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/1956 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial, refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuísem. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2.

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

24. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE	7.152	7.591	7.152	7.591
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	-	134	-	134
Recursos P&D	48.804	48.182	48.804	48.182
Recursos FNDCT	659	711	659	711
Recursos IMME	329	355	329	355
	<u>56.945</u>	<u>56.974</u>	<u>56.945</u>	<u>56.974</u>
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	22.323	19.764	22.323	19.764
	<u>22.323</u>	<u>19.764</u>	<u>22.323</u>	<u>19.764</u>

24.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, calculado com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$13.631 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. São atualizadas pela TR (taxa referencial) mais 1% de juros e as Contingências Cíveis pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA							
	30/06/2020				31/12/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	136.483	137.685	15.955	290.122	148.540	83.169	4.735	236.444
Riscos Possíveis/ Remotos ..	43.941	126.141	2.436	172.518	42.958	101.579	804	145.341
	<u>180.424</u>	<u>263.826</u>	<u>18.391</u>	<u>462.640</u>	<u>191.498</u>	<u>184.748</u>	<u>5.539</u>	<u>381.785</u>

25.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA			
	30/06/2020			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	56.383	2.267	-	58.650
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	80.099	135.418	15.955	231.472
Total geral	<u>136.482</u>	<u>137.685</u>	<u>15.955</u>	<u>290.122</u>
	CONSOLIDADO			
	30/06/2020			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	56.383	2.267	-	58.650
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	82.820	135.418	15.955	234.193
Total geral	<u>139.203</u>	<u>137.685</u>	<u>15.955</u>	<u>292.843</u>
	CONTROLADORA			
	31/12/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	31.633	2.144	-	33.777
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	116.907	81.025	4.735	202.667
Total geral	<u>148.540</u>	<u>83.169</u>	<u>4.735</u>	<u>236.444</u>
	CONSOLIDADO			
	31/12/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	31.633	2.144	-	33.777
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	119.628	81.025	4.735	205.388
Total geral	<u>151.261</u>	<u>83.169</u>	<u>4.735</u>	<u>239.165</u>

25.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONTROLADORA			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2019	148.540	83.169	4.735	236.444
(+) Novos Ingressos	29.840	42.887	6.744	79.471
(-) Pagamentos	(38.288)	(1.567)	-	(39.855)
(-) Montantes Revertidos	(6.854)	(14)	(13)	(6.881)
(+) Atualização Monetária	3.244	13.210	4.489	20.943
(=) Saldo Final Junho /2020	136.482	137.685	15.955	290.122

	CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2019	151.261	83.169	4.735	239.165
(+) Novos Ingressos	29.840	42.887	6.744	79.471
(-) Pagamentos	(38.288)	(1.567)	-	(39.855)
(-) Montantes Revertidos	(6.854)	(14)	(13)	(6.881)
(+) Atualização Monetária	3.244	13.210	4.489	20.943
(=) Saldo Final Junho /2020	139.203	137.685	15.955	292.843

25.3. Revisão de premissas

A Companhia visando um aprimoramento dos seus processos revisou as premissas utilizadas nos cálculos de suas contingências. O resultado deste trabalho apontou que seriam necessários ajustes nas premissas utilizadas para mensurar a melhor estimativa dos valores de provisão nas suas demonstrações financeiras. O impacto nas provisões, em razão da mudança de estimativa, é de R\$ 43.192. Esse valor aumentou os saldos passivos relacionados às contingências judiciais de forma prospectiva, impactando negativamente o resultado do período (vide NE 32).

25.4. Natureza das ações

25.4.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

25.4.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

25.4.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$15.955 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0, de 19 de dezembro de 2007. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

25.4.3.1. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$38.697 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98.

26. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos	107	103	107	103
Obrigações com Obras da Transmissão	7.355	7.500	7.355	7.500
Conta Gráfica	749	1.027	749	1.027
Outros Credores	3.985	7.104	10.025	7.474
	<u>12.196</u>	<u>15.735</u>	<u>18.236</u>	<u>16.105</u>
NÃO CIRCULANTE				
Provisão Auto de Infração	5.092	5.003	5.092	5.003
Acordo Judicial Trabalhista.....	-	1.200	-	1.200
Comercialização de Energia na CCEE	52.969	50.741	52.969	50.741
Outros Credores	8.962	7.937	(7.422)	63.926
	<u>67.023</u>	<u>64.881</u>	<u>50.639</u>	<u>120.870</u>

26.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$52.969 (R\$50.741 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

27.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

27.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Reconhecimento do Custo Atribuído	32.177	36.667	32.177	36.667
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	11.434	13.253	11.434	13.253
Exclusão Temporária - NTN-B.....	48.510	52.306	48.510	52.306
Exclusão Temporária - Atualização da Indenização	1.308.540	1.111.501	1.308.540	1.111.501
Exclusão Temporária - Arrendamentos (IFRS 16).....	18.211	13.845	18.211	13.845
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	1.418.872	1.213.727	1.400.661	1.213.727
IR e CS (Alíquota 34%)	482.416	417.375	482.416	417.375
Total do Passivo Fiscal Diferido	<u>482.416</u>	<u>417.375</u>	<u>482.416</u>	<u>417.375</u>

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as diferenças temporárias tributáveis foi calculado à alíquota de 34%, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 30 de junho de 2020, R\$482.416.

27.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais

A Companhia, em consonância com o NBC TG 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

A NBC TG 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprova a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT foi realizado na importância de R\$ 13.191, comparativamente ao exercício de 2019. O valor do crédito tributário totaliza, em 30 de junho de 2020, R\$ 256.393.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	241.438	256.155	241.438	256.155
Provisão para Contingências Trabalhistas	136.483	109.197	136.483	109.197
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	132.362	83.335	132.362	83.335
Direito de Uso - IFRS 16 / CPC 06	18.479	13.964	18.479	-
Total das Diferenças Temporárias	528.762	462.650	528.762	462.650
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	179.779	157.301	179.779	157.301
Base Negativa da CSLL	-	15.717	-	15.717
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	-	1.415	-	1.415
Prejuízos Fiscais do IRPJ	306.458	372.256	306.458	372.256
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	76.614	93.064	76.614	93.064
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	76.614	94.479	76.614	94.479
Saldo Contábil	256.393	251.780	256.393	251.780
Saldo Contábil Diferenças Temporárias	179.779	157.301	179.779	157.301
Saldo Contábil Crédito Fiscal s/PF do IRPJ e BN da CSLL	76.614	94.479	76.614	94.479
Saldo Contábil Total	256.393	251.780	256.393	251.780

27.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Débitos Tributários Diferidos	482.416	417.375	482.416	417.375
Créditos Tributários Diferidos	(256.393)	(251.780)	(256.393)	(251.780)
Saldo Contábil Líquido	226.023	165.595	226.023	165.595

27.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Concessionária, com base em estudo técnico. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2019. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Exercício de 2020.....	65.908	34.942	65.908	34.942
Exercício de 2021.....	39.736	30.780	39.736	30.780
Exercício de 2022.....	34.285	25.530	34.285	25.530
Exercício de 2023.....	23.821	18.866	23.821	18.866
Exercício de 2024.....	36.792	31.700	36.792	31.700
A partir do Exercício de 2025.....	25.481	23.777	25.481	23.777
	<u>226.023</u>	<u>165.595</u>	<u>226.023</u>	<u>165.595</u>

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$1.565.633, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	30/06/2020						31/12/2019	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR.....	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	6.381.908	67,05
ELETRONBRAS.....	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	3.154.674	32,23
Ações Pulverizadas.....	33.528	0,35	20.622	12,57	54.150	0,56	54.150	0,35
Outros.....	35.348	0,37	54.666	33,33	90.014	0,93	90.014	0,37
	<u>9.516.732</u>	<u>100,00</u>	<u>164.014</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>

28.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	7.546	13.253
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	21.237	24.200
Perda Atuarial.....	(933.082)	(933.082)
Adoção CPC 47.....	119.233	133.288
	<u>(785.067)</u>	<u>(762.341)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas, são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente e representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

28.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva de Retenção de Lucros, Reserva de Dividendos não Distribuídos e Reserva de Incentivos Fiscais.

28.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2019 a Companhia destinou R\$21.970, totalizando R\$53.146.

28.3.2. Reserva de Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu o montante de R\$604.136 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e em 2018 R\$237.440. Em 2019 foi destinado R\$104.356 totalizando R\$945.932.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

28.3.3. Reserva de Retenção de Lucros

A Administração constituiu a Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 208.712 que se destina a atender o orçamento de capital.

28.3.4. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6.404/1976, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$1.209.304. No exercício de 2017 foram capitalizados R\$200.000 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$1.009.304.

Em 2019 a Administração capitalizou o montante de R\$587.646, restando saldo de Reserva de Incentivos Fiscais de R\$421.658.

28.4. Reserva de Capital

Em 2019 o montante das reservas de lucros, desconsiderando a rubrica de Reserva Especial – Dividendo não Distribuído, superou o Capital Social da Companhia. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Administração da Companhia propôs um aumento de capital com o excesso destas reversas no montante de R\$650.000, a reserva foi destinada ao aumento do capital, aprovada na AGE de 19 de maio de 2020.

29. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

29.1. Básico

	CONTROLADORA		
	30/06/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	85.792	1.479	87.271
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	9,01	9,01	9,01
	30/06/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	173.594	2.992	176.586
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	18,24	18,24	18,24

29.2. Diluído

	CONTROLADORA	
	30/06/2020	30/06/2019
Lucro para as ações ordinárias.....	85.792	173.594
Lucro para as ações preferenciais.....	1.479	2.992
	<u>87.271</u>	<u>176.586</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	<u>9.680.746</u>	<u>9.680.746</u>
Lucro Diluído por Ação - R\$	<u>9,01</u>	<u>18,24</u>

29.3 Direito de Recesso e Recompra de Ações

Em 19 de maio de 2020 na AGE nº 214 foi aprovada pelos acionistas a alteração do Estatuto Social da Companhia no tocante ao dividendo mínimo obrigatório. Essa alteração promove a adequação do percentual de dividendo obrigatório ao dividendo mínimo preconizado pelo artigo 202º, § 2º, da Lei 6.404/76. A partir dessa modificação, será obrigatória a distribuição de dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei. Conforme disposto no artigo 136º, inciso III e no artigo 137º da Lei nº 6.404/76. A redução do dividendo obrigatório ensejou o direito de recesso aos acionistas dissidentes, mediante o reembolso do valor das suas ações pelo seu valor patrimonial de dezembro de 2019, no valor de R\$ 251,30 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) por ação de emissão da Companhia.

De acordo com o disposto no artigo 137º, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas dissidentes tiveram que exercer seu direito de reembolso no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da ata da AGE que aprovou a alteração estatutária da Companhia.

No período estabelecido, 04 acionistas exerceram o direito de recesso, cujos reembolsos foram efetuados em 31/07/2020, no montante de R\$4.898, correspondendo a 8.762 (oito mil setecentos e sessenta e duas) ações da classe ordinária, e 10.727 (dez mil setecentos e vinte e sete) ações da classe preferencial. Na mesma data foi aprovado o cancelamento destas ações (vide NE nº 41.2).

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
Receita Bruta								
Suprimento de Energia Elétrica	100.854	231.242	93.394	179.357	100.867	231.267	93.458	179.488
Disponibilização do Sistema de Transmissão	209.129	427.701	205.513	419.360	209.129	427.701	205.513	419.360
Amortização Ativo Financeiro e Contratual.....	(104.217)	(210.379)	(100.413)	(199.451)	(104.217)	(210.379)	(100.413)	(199.451)
Remuneração do Ativo Financeiro e Contratual.....	362.380	415.035	51.950	104.664	368.890	428.054	61.916	118.946
Energia Elétrica de Curto Prazo	11.280	23.070	30.380	80.366	11.280	23.070	30.380	80.366
Receita de Construção	943	17.591	24.992	48.990	943	18.231	30.015	57.936
	<u>580.368</u>	<u>904.260</u>	<u>305.815</u>	<u>633.286</u>	<u>586.891</u>	<u>917.944</u>	<u>320.868</u>	<u>656.645</u>
Deduções da Receita								
ICMS/ISS	(216)	(677)	(78)	(78)	(216)	(677)	(78)	(78)
PIs/COFINS	(28.658)	(60.950)	(26.990)	(57.347)	(28.906)	(61.434)	(27.189)	(57.646)
Quota RGR	(268)	(670)	(558)	(1.396)	(268)	(670)	(558)	(1.396)
Outros Encargos	(2.789)	(7.595)	(5.296)	(7.098)	(2.789)	(7.595)	(5.296)	(7.098)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(2.591)	(5.495)	(2.617)	(5.622)	(2.591)	(5.495)	(2.617)	(5.622)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(23.623)	(44.322)	(24.290)	(29.556)	(23.623)	(44.322)	(24.290)	(29.556)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr - CFURH	(2.469)	(11.107)	(7.008)	(14.318)	(2.469)	(11.107)	(7.008)	(14.318)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE.....	(878)	(1.696)	(779)	(1.490)	(878)	(1.696)	(779)	(1.490)
	<u>(61.491)</u>	<u>(132.512)</u>	<u>(67.616)</u>	<u>(116.904)</u>	<u>(61.740)</u>	<u>(132.996)</u>	<u>(67.815)</u>	<u>(117.203)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>518.877</u>	<u>771.748</u>	<u>238.198</u>	<u>516.382</u>	<u>525.152</u>	<u>784.948</u>	<u>253.053</u>	<u>539.442</u>

30.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$231.242 (R\$179.357 em 30 de junho de 2019) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

30.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$427.701 (R\$419.360 em 30 de junho de 2019) refere-se às receitas derivadas da prestação de serviços de transmissão. Estas receitas contemplam a quota de reintegração, a remuneração do capital investido e a operação e manutenção dos ativos de infraestrutura de transmissão.

30.3. Remuneração do Ativo Financeiro e Contratual

O valor de R\$415.035 (R\$104.664 em 30 de junho de 2019) na controladora e R\$428.054 (R\$118.946 em 30 de junho de 2019) no consolidado é composto pela atualização do ativo financeiro relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE e também pela atualização do Ativo Contratual referente às novas instalações de transmissão – RBNI.

31. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
Energia Elétrica de Curto Prazo	(9.891)	(26.293)	(8)	(57)	(9.891)	(26.293)	(8)	(57)
Recontabilizações CCEE.....	(59)	(99)	-	(136)	(59)	(99)	-	(136)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(10.227)	(20.095)	(9.920)	(18.677)	(10.227)	(20.095)	(9.920)	(18.677)
Encargo de Uso do Sistema	(13.552)	(27.345)	(13.064)	(26.341)	(13.552)	(27.345)	(13.064)	(26.341)
	<u>(33.729)</u>	<u>(73.831)</u>	<u>(22.992)</u>	<u>(45.211)</u>	<u>(33.729)</u>	<u>(73.831)</u>	<u>(22.992)</u>	<u>(45.211)</u>

32. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

32. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	82.468	81.617	-	-	13.815	14.267	-	-	96.283	95.884
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	34.026	36.645	-	-	15.123	16.759	-	-	49.149	53.404
INSS - Empregador	14.827	14.979	-	-	2.587	2.792	-	-	17.415	17.770
Administradores	132	136	-	-	369	235	-	-	500	371
Subtotal Pessoal / Administradores	131.453	133.378	-	-	31.893	34.053	-	-	163.346	167.431
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	3.131	4.188	-	-	-	-	-	-	3.131	4.188
Total Pessoal e Administradores	134.584	137.565	-	-	31.893	34.053	-	-	166.477	171.617
Material	4.838	841	-	-	263	183	-	-	5.101	1.023
Serviço de Terceiros	21.385	19.946	-	-	4.613	4.397	-	-	25.997	24.343
Depreciação e Amortização	8.635	10.101	-	-	5.043	4.941	-	-	13.678	15.042
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	3.036	1.695	-	-	-	-	-	-	3.036	1.695
Custo de Construção	17.591	48.990	-	-	-	-	-	-	17.591	48.990
Despesas de Locação	0	3.245	-	-	86	108	-	-	86	3.352
Seguros	1	3	-	-	-	-	-	-	1	3
Tributos	1.419	652	-	-	137	2.524	-	-	1.556	3.175
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	(4.385)	3.710	-	-	-	-	(4.385)	3.710
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	25.994	28.774	25.994	28.774
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	42.942	4.609	42.942	4.609
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	7.167	41	7.167	41
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	16.844	387	16.844	387
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	2.501	7.073	2.501	7.073
Outros	13	(2.144)	-	-	305	804	698	(10.536)	1.017	(11.875)
TOTAL	191.502	220.891	(4.385)	3.710	42.340	47.009	96.147	30.348	325.604	301.957

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	49.835	42.724	-	-	7.002	7.336	-	-	56.837	50.060
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	16.896	18.141	-	-	7.554	8.352	-	-	24.449	26.494
INSS - Empregador	8.036	8.081	-	-	1.388	1.444	-	-	9.424	9.525
Administradores	65	68	-	-	172	124	-	-	237	192
Subtotal Pessoal / Administradores	74.832	69.015	-	-	16.116	17.255	-	-	90.948	86.271
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	901	2.253	-	-	-	-	-	-	901	2.253
Total Pessoal e Administradores	75.733	71.268	-	-	16.116	17.255	-	-	91.849	88.523
Material	2.381	89	-	-	196	90	-	-	2.577	179
Serviço de Terceiros	9.961	10.532	-	-	2.236	2.219	-	-	12.197	12.751
Depreciação e Amortização	3.982	4.992	-	-	2.525	2.499	-	-	6.507	7.491
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	1.757	848	-	-	-	-	-	-	1.757	848
Custo de Construção	943	24.992	-	-	-	-	-	-	943	24.992
Despesas de Locação	(48)	2.770	-	-	48	60	-	-	(0)	2.830
Tributos	490	55	-	-	1	18	-	-	492	73
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	1.821	1.948	-	-	-	-	1.821	1.948
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	15.845	14.008	15.845	14.008
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	38.575	1.486	38.575	1.486
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	2.455	9	2.455	9
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	4.685	379	4.685	379
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	1.096	6.375	1.096	6.375
Outros	4	(2.159)	-	-	135	678	351	(10.931)	490	(12.412)
TOTAL	95.203	113.386	1.821	1.948	21.257	22.819	63.007	11.326	181.288	149.479

32. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	82.468	81.617	-	-	13.933	14.681	-	-	96.401	96.298
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	34.026	36.645	-	-	15.123	16.759	-	-	49.148	53.405
INSS - Empregador	14.827	14.979	-	-	2.587	2.792	-	-	17.413	17.770
Administradores	132	136	-	-	369	235	-	-	501	371
Subtotal Pessoal / Administradores	131.453	133.378	-	-	32.010	34.467	-	-	163.463	167.845
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	3.131	4.188	-	-	-	-	-	-	3.131	4.188
Total Pessoal e Administradores	134.584	137.565	-	-	32.010	34.467	-	-	166.594	172.032
Material	4.838	841	-	-	263	183	-	-	5.101	1.023
Serviço de Terceiros	25.243	21.686	-	-	5.065	4.640	-	-	30.307	26.326
Depreciação e Amortização	8.635	10.101	-	-	5.043	4.941	-	-	13.678	15.042
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	3.036	1.695	-	-	-	-	-	-	3.036	1.695
Custo de Construção	24.197	68.404	-	-	-	-	-	-	24.197	68.404
Despesas de Locação	-	3.245	-	-	86	108	-	-	86	3.352
Seguros	1	3	-	-	11	12	-	-	12	15
Tributos	1.419	652	-	-	163	2.550	-	-	1.582	3.201
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	(4.385)	3.710	-	-	-	-	(4.385)	3.710
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	25.994	28.774	25.994	28.774
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	42.942	4.609	42.942	4.609
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	7.167	41	7.167	41
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	16.844	387	16.844	387
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	2.501	7.073	2.501	7.073
Outros	766	9.255	-	-	18.812	1.359	9.114	(10.536)	28.693	78
TOTAL	202.719	253.444	(4.385)	3.710	61.453	48.259	104.563	30.348	364.350	335.761

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	49.835	42.724	-	-	7.059	7.441	-	-	56.894	50.165
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	16.896	18.141	-	-	7.554	8.352	-	-	24.449	26.494
INSS - Empregador	8.036	8.081	-	-	1.388	1.444	-	-	9.424	9.525
Administradores	65	68	-	-	172	124	-	-	237	192
Subtotal Pessoal / Administradores	74.832	69.015	-	-	16.173	17.360	-	-	91.005	86.376
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	901	2.253	-	-	-	-	-	-	901	2.253
Total Pessoal e Administradores	75.733	71.268	-	-	16.173	17.360	-	-	91.906	88.628
Material	2.381	89	-	-	196	90	-	-	2.577	179
Serviço de Terceiros	3.625	11.582	-	-	2.421	2.407	-	-	6.046	13.989
Depreciação e Amortização	3.982	4.992	-	-	2.525	2.499	-	-	6.507	7.491
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	1.757	848	-	-	-	-	-	-	1.757	848
Custo de Construção	6.580	32.031	-	-	-	-	-	-	6.580	32.031
Despesas de Locação	(48)	2.770	-	-	48	60	-	-	(0)	2.830
Seguros	-	-	-	-	6	7	-	-	6	7
Tributos	490	55	-	-	12	41	-	-	503	96
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	1.821	1.948	-	-	-	-	1.821	1.948
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	15.845	14.008	15.845	14.008
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	38.575	1.486	38.575	1.486
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	2.455	9	2.455	9
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	4.685	379	4.685	379
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	1.096	6.375	1.096	6.375
Outros	406	(945)	-	-	17.815	1.110	8.705	(11.039)	26.926	(10.874)
TOTAL	94.906	122.689	1.821	1.948	39.196	23.574	71.361	11.218	207.284	159.429

33. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
OUTRAS RECEITAS								
Ganho nas Alienações	270	1.663	273	1.547	270	1.663	273	1.547
Receita de Prestação de Serviços	3.634	10.076	3.660	7.044	3.634	10.076	3.660	7.044
Compartilhamento de Infraestrutura.....	29	74	2.963	3.133	29	74	2.963	3.133
Outras	22	(691)	(55)	(275)	22	(691)	(55)	(275)
	3.955	11.121	6.841	11.449	3.955	11.121	6.841	11.449
OUTRAS DESPESAS								
Perdas na Alienação e Desat. de Bens e Direitos	(537)	(1.436)	(1.316)	(2.386)	(537)	(1.436)	(1.316)	(2.386)
Outras	2.148	2.818	(201)	(409)	2.148	2.818	(201)	(409)
	1.611	1.382	(1.517)	(2.795)	1.611	1.382	(1.517)	(2.795)

34. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
RECEITAS FINANCEIRAS								
Renda de Aplicações Financeiras	2.779	5.981	3.553	6.438	2.779	5.981	3.600	6.485
Receitas Financeiras com Parcelamentos	362	8.524	1.158	3.186	362	8.524	1.158	3.186
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.	(614)	1.745	(171)	35.154	(614)	1.745	10.825	46.150
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	467	1.006	1.638	2.393	467	1.006	1.638	2.393
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	748	3.031	2.335	7.365	748	3.031	2.335	7.365
Outras Receitas Financeiras	16.906	19.078	21.156	21.221	16.881	19.078	10.128	10.225
Total Receita Financeira	20.648	39.366	29.670	75.759	20.623	39.366	29.685	75.806
DESPESAS FINANCEIRAS								
Encargos de Dívidas	(5.844)	(11.818)	(6.149)	(12.480)	(5.844)	(11.818)	(6.149)	(12.480)
Encargos Sobre Arrendamentos.....	(310)	(551)	(271)	(543)	(310)	(551)	(271)	(543)
Despesas Financeiras com P&D	(416)	(983)	(810)	(1.578)	(416)	(983)	(810)	(1.578)
Despesa Financeira com Tributos.....	(300)	(688)	(225)	(561)	(300)	(688)	(225)	(561)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.	(35.843)	(187.127)	39.218	5.727	(35.843)	(187.127)	(8.878)	(42.370)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	-	(3)	-	(1)	-	(3)	-	(1)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(6.248)	(12.490)	(4.201)	(6.710)	(6.248)	(12.490)	(4.201)	(6.710)
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(82)	(377)	(975)	(2.664)	(82)	(377)	(975)	(2.664)
Outras Despesas Financeiras	(3.001)	(4.137)	(47.180)	(50.740)	(3.725)	(4.873)	863	(2.720)
Total Despesa Financeira	(52.043)	(218.175)	(20.594)	(69.551)	(52.767)	(218.911)	(20.647)	(69.627)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(31.397)	(178.810)	9.076	6.208	(32.145)	(179.546)	9.038	6.179

35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/04/2020 a 30/06/2020		01/04/2019 a 30/06/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	296.171	296.171	96.533	96.533
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	31.098	24.241	10.136	6.081
IRPJ - Adicional de 10%	20.727	-	6.752	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	51.825	24.241	16.888	6.081
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	(45.921)	(21.721)	7.360	2.650
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	9.218	5.259	560	202
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	23	12	27	10
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	15.145	7.791	24.835	8.943
Incentivo PAT = 4%.....	(363)	-	(597)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(48)	-	(63)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	14.732	7.791	24.175	8.943
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	87.008	11.826	(7.779)	(2.801)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	(28.762)	6.805	-	-
Total IRPJ e CSLL PERT.....	(3.719)	(1.339)	409	148
IR CS Diferidos	54.527	17.292	(7.370)	(2.653)
Total IRPJ e CSLL	69.259	25.083	16.805	6.290

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/01/2020 a 30/06/2020		01/01/2019 a 30/06/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	229.722	229.722	200.512	200.512
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	24.121	19.194	21.054	12.632
IRPJ - Adicional de 10%	16.069	-	14.024	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	40.190	19.194	35.078	12.632
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	(37.403)	(17.858)	14.549	5.238
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	35.538	16.967	2.088	752
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	46	22	50	18
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	38.370	18.325	51.765	18.640
Incentivo PAT = 4%.....	(921)	-	(1.243)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(83)	-	(101)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	37.366	18.325	50.421	18.640
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	37.014	13.326	(15.385)	(5.539)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Prejuízos Fiscais	16.450	1.414	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	795	286	411	148
IR CS Diferidos	54.259	15.026	(14.974)	(5.391)
Total IRPJ e CSLL	91.625	33.351	35.447	13.249

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 30 de junho de 2020 a despesa de R\$249, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico NBC TG 22 apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

36.1. Balanço Patrimonial

36.1.1. Ativo

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO	1.958.084	1.762.249	3.706.512	3.652.736	(226.682)	(329.198)	5.437.914	5.085.787
CIRCULANTE	525.150	333.820	1.082.404	1.078.010	(226.682)	(329.198)	1.380.872	1.082.632
Caixa e Equivalentes de Caixa	445.151	303.708	1.304	7.654	-	-	446.455	311.362
Investimentos em Títulos do Governo.....	28.794	32.644	82.137	86.496	-	-	110.931	119.140
Concessionárias e Permissonárias.....	24.647	26.205	78.699	84.185	-	-	103.346	110.390
Tributos a Recuperar.....	529	742	987	1.285	-	-	1.515	2.027
Estoques.....	3.643	8.986	12.552	11.370	-	-	16.195	20.356
Ativo de Concessão - Contratual.....	6.277	6.277	195.829	116.400	-	-	202.106	122.677
Ativo de Concessão - Financeiro.....	-	-	422.026	319.357	-	-	422.026	319.357
Pagamentos Antecipados.....	-	-	1.530	1.573	-	-	1.530	1.573
Investimentos Mantidos para Venda.....	(88.981)	(88.981)	88.981	88.981	-	-	-	-
Outros Créditos a Receber.....	105.090	44.240	198.360	360.708	(226.682)	(329.198)	76.768	75.750
NÃO CIRCULANTE	1.432.934	1.428.429	2.624.108	2.574.726	-	-	4.057.042	4.003.155
Tributos a Recuperar.....	5	5	-	-	-	-	5	5
Aplicações Financeiras.....	7	7	-	-	-	-	7	7
Depósitos Judiciais.....	66.796	26.575	54.342	58.370	-	-	121.138	84.945
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	7.352	14.455	29.899	107.226	-	-	37.251	121.681
Ativo de Concessão - Contratual.....	149.225	145.940	607.120	678.952	-	-	756.345	824.892
Ativo de Concessão - Financeiro.....	-	-	1.362.251	1.254.969	-	-	1.362.251	1.254.969
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda....	4.211	1.708	395	395	-	-	4.606	2.103
Outros Créditos a Receber.....	342.865	371.505	5.562	5.561	-	-	348.427	377.066
Investimentos.....	389.859	382.121	470.049	380.522	-	-	859.908	762.643
Imobilizado.....	440.440	449.845	78.127	76.120	-	-	518.567	525.965
Direito de Uso.....	4.127	3.742	14.084	10.103	-	-	18.211	13.845
Intangível.....	28.047	32.525	2.279	2.509	-	-	30.326	35.034

36.1.2. Passivo

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
PASSIVO	1.958.084	1.762.249	3.706.512	3.652.736	(226.682)	(329.198)	5.437.914	5.085.787
CIRCULANTE	495.851	534.634	282.342	297.725	(226.682)	(329.198)	551.511	503.161
Fornecedores.....	17.249	16.987	19.313	21.206	-	-	36.562	38.193
Obrigações Trabalhistas.....	(9.897)	(6.463)	55.273	50.375	-	-	45.376	43.912
Obrigações Fiscais.....	8.818	11.947	22.215	18.272	-	-	31.033	30.219
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	13.513	12.241	39.419	28.814	-	-	52.932	41.055
Arrendamentos a Pagar.....	1.325	536	9.475	3.170	-	-	10.800	3.706
Provisão para Benefícios a Empregados.....	71.182	66.653	69.272	66.376	-	-	140.454	133.029
Obrigações da Concessão.....	19.588	19.344	37.357	37.630	-	-	56.945	56.974
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	21.873	9.247	36.777	24.530	-	-	58.650	33.777
Outros Passivos.....	295.473	347.418	(56.595)	(2.485)	(226.682)	(329.198)	12.196	15.735
Dividendos Obrigatórios.....	56.727	56.724	49.836	49.836	-	-	106.563	106.561
NÃO CIRCULANTE	966.317	884.780	1.399.865	1.265.106	-	-	2.366.182	2.149.886
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	175.474	125.067	510.616	407.132	-	-	686.089	532.199
Arrendamento a Pagar.....	2.885	3.225	4.794	7.032	-	-	7.679	10.257
Provisão para Benefícios a Empregados.....	598.078	606.995	527.494	547.528	-	-	1.125.572	1.154.523
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	165.462	125.231	66.010	77.436	-	-	231.472	202.667
Obrigações da Concessão.....	9.112	8.095	13.211	11.669	-	-	22.323	19.764
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	(45.853)	(42.938)	271.876	208.533	-	-	226.023	165.595
Outros Passivos.....	61.160	59.106	5.863	5.775	-	-	67.023	64.881
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	495.916	342.835	2.024.305	2.089.905	-	-	2.520.221	2.432.740
Capital Social.....	451.084	97.789	1.114.549	817.844	-	-	1.565.633	915.633
Reserva de Capital.....	-	353.295	-	296.705	-	-	-	650.000
Outros Resultados Abrangentes.....	(311.849)	(307.322)	(473.218)	(455.019)	-	-	(785.067)	(762.341)
Reserva Legal.....	16.499	16.499	36.647	36.647	-	-	53.146	53.146
Reserva Estatutária.....	-	(24.775)	-	24.775	-	-	-	-
Reserva Especial de Lucros a realizar.....	113.441	113.441	95.271	95.271	-	-	208.712	208.712
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	106.150	106.151	839.782	839.782	-	-	945.932	945.932
Reserva de Incentivos Fiscais.....	128.311	(12.244)	293.347	433.901	-	-	421.658	421.658
Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	(7.720)	-	117.927	-	-	-	110.207	-

36.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	219.824	243.301	553.371	274.559	(1.447)	(1.478)	771.748	516.382
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(128.750)	(118.030)	(138.030)	(149.550)	1.447	1.478	(265.333)	(266.102)
Custo com Energia Elétrica	(75.278)	(46.689)	-	-	1.447	1.478	(73.831)	(45.211)
Custo com Energia Elétrica	(46.486)	(18.870)	-	-	-	-	(46.486)	(18.870)
Encargo de Uso do Sistema	(28.792)	(27.819)	-	-	1.447	1.478	(27.345)	(26.341)
Custo de Operação	(53.472)	(71.341)	(138.030)	(149.550)	-	-	(191.502)	(220.891)
Pessoal e Administradores	(32.246)	(35.350)	(102.337)	(102.213)	-	-	(134.583)	(137.563)
Material	(2.456)	(321)	(2.382)	(520)	-	-	(4.838)	(841)
Serviço de Terceiros	(5.880)	(5.421)	(15.505)	(14.525)	-	-	(21.385)	(19.946)
Depreciação e Amortização	(7.413)	(8.582)	(1.222)	(1.519)	-	-	(8.635)	(10.101)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(446)	(178)	(2.590)	(1.517)	-	-	(3.036)	(1.695)
Custo de Construção	(3.623)	(21.037)	(13.968)	(27.953)	-	-	(17.591)	(48.990)
Outros	(1.409)	(453)	(25)	(1.302)	-	-	(1.434)	(1.755)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	91.074	125.270	415.341	125.009	-	-	506.415	250.280
Despesas Operacionais	(81.212)	(20.980)	(52.890)	(60.086)	-	-	(134.102)	(81.066)
Despesas com Vendas	(1.640)	(306)	6.025	(3.403)	-	-	4.385	(3.710)
Despesas Gerais e Administrativas	(10.656)	(12.001)	(31.684)	(35.008)	-	-	(42.340)	(47.009)
Outras Despesas Operacionais	(68.916)	(8.673)	(27.231)	(21.675)	-	-	(96.147)	(30.348)
Outras Receitas	4.525	4.739	6.596	6.710	-	-	11.121	11.449
Outras Despesas	804	(2.024)	578	(771)	-	-	1.382	(2.795)
RESULTADO DO SERVIÇO	15.191	107.005	369.625	70.861	-	-	384.816	177.867
Resultado de Participações Societárias	25.129	49.322	(18.888)	(8.115)	-	-	6.241	41.207
Receita(Despesa) Financeira	(34.785)	10.396	(144.025)	(4.188)	-	-	(178.810)	6.208
Rendas de Aplicações Financeiras	5.926	6.329	55	109	-	-	5.981	6.438
Variações Monetárias de Empréstimos e Financ	(49.816)	1.539	(135.566)	4.188	-	-	(185.382)	5.727
Encargos de Dívidas	(3.381)	(2.971)	(8.437)	(9.508)	-	-	(11.818)	(12.480)
Encargos Sobre Arrendamentos	(152)	(128)	(399)	(415)	-	-	(551)	(543)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	12.638	5.627	322	1.439	-	-	12.960	7.066
RESULTADO ANTES DO IR E CS	5.535	166.723	206.712	58.558	-	-	212.247	225.282
Imposto de Renda Corrente	(13.093)	(20.238)	(24.273)	(30.183)	-	-	(37.366)	(50.421)
Imposto de Renda Diferido	(480)	(112)	(53.779)	15.086	-	-	(54.259)	14.974
Contribuição Social Corrente	(6.525)	(7.477)	(11.800)	(11.163)	-	-	(18.325)	(18.640)
Contribuição Social Diferido	1.062	(40)	(16.088)	5.431	-	-	(15.026)	5.391
PREJUÍZO DO PERÍODO	(13.501)	138.856	100.772	37.729	-	-	87.271	176.586
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	(0,03)	0,05	0,26	0,08	-	-	0,23	18,24
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	(0,03)	0,05	0,26	0,08	-	-	0,23	18,24

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O controlador da CEEE-GT é o Estado do Rio Grande do Sul, pois detém indiretamente, através da participação de 99,99% nas ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações CEEE-Par, 65,92% do capital social da Companhia.

Além das operações com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a CEEE-GT mantém transações com outras entidades governamentais e Companhias sobre o controle comum, no curso de suas atividades operacionais, tais como: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D E Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL.

As transações da Companhia com suas controladas, coligadas, sociedades de propósito específico e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

As principais transações com partes relacionadas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Caixa e Equivalentes de Caixa:

A Companhia mantém no Ativo Circulante em Caixa e Equivalentes de Caixa conta de aplicação financeira no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Banco do Rio Grande do Sul – BANRISUL, vide nota explicativa nº 5.2.

Cedência de funcionários:

Refere-se à cedência de funcionários às Prefeituras Municipais do Estado do Rio Grande do Sul. O saldo constitui-se de remunerações (salários, férias, e subsídio de Natal - 13º salário), e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedida garantia ao credor.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

Concessionárias e Permissionárias:

Os saldos das operações de energia elétrica comprada para revenda e encargo de uso do sistema são realizados em conformidade com as tarifas aprovadas pela ANEEL e pelo ONS.

Cedência de funcionários:

Refere-se à cedência de funcionários à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D. O saldo constitui-se de remunerações (salários, férias e 13º salário), e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedida garantia ao credor.

Contrato de Mútuo:

A CEEE-D é mutuária do contrato com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante). Vide nota explicativa nº 10.

Conta Gráfica:

Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR. O saldo da conta gráfica existente entre as empresa CEEE-D e CEEE-GT foi liquidado integralmente em 31/07/2020.

Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE

A Companhia através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE - concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, vide nota explicativa nº 23.

Contribuição Patrocinadora:

Refere-se a parcela de responsabilidade da CEEE-D sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide notas explicativas nº 23.2 e 23.3.

Empréstimo:

Contrato SF nº 1254/95 de confissão de dívida por contribuições não pagas com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, e término previsto para maio de 2031. Durante a carência a Companhia realizou o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Despesa operacional - Pessoal:

As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Controladas

Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB

A TESB foi constituída em janeiro de 2014. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 94,22% do capital integralizado, conforme nota explicativa nº 16.3.

Complexo Eólico Povo Novo

A CEEE-GT detém o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme nota explicativa nº 16.3.

Custos a Reembolsar:

Referem-se aos contratos de prestação de serviços, os quais tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

UHE Dona Francisca

A CEEE-GT comercializa a energia correspondente à sua participação societária na hidrelétrica, detendo o direito de exploração, pois é responsável pela operação da Usina, recebendo da UHE Dona Francisca o reembolso dos custos pagos na proporção de participante no Empreendimento, remunerando o investimento com o montante de energia elétrica recebida e comercializada. A CEEE GT é responsável pela operação e manutenção da usina, recebendo receita de O&M pelo serviço prestado.

Os saldos de partes relacionadas compõem-se de:

		CONTROLADORA							
		30/06/2020							
Nota	Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Companhia Estadual Distribuição Energia Elétrica	CEEEPAP	Fundação ELETROCEEE	TESB	CEPN	UHE Dona Francisca	Total
Ativo									
	5	444.765	-	-	-	-	-	-	444.765
	6	-	10.403	-	-	-	-	-	10.403
	9	422	59	-	-	-	-	-	481
	10	-	347.102	-	-	-	-	-	347.102
	9	-	-	-	-	17.205	1.926	-	19.131
		445.187	357.564	-	-	17.205	1.926	-	821.882
Passivo									
	23	-	-	-	90.122	-	-	-	90.122
	26	-	749	228	-	-	-	-	977
	22	-	-	-	6.282	-	-	-	6.282
	22	-	-	-	61.186	-	-	-	61.186
		-	749	228	157.590	-	-	-	158.567
Resultado									
		-	-	-	-	-	-	(2.698)	(2.698)
		-	2.254	-	-	-	-	-	2.254
		-	46.770	-	-	-	-	-	46.770
		-	-	-	(4.261)	-	-	-	(4.261)
		5.926	18.249	-	-	-	-	-	24.176
		5.926	67.273	-	(4.261)	-	-	(2.698)	66.241

CONTROLADORA							
31/12/2019							
Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Fundação ELETROCEEE	TESB	CEPN	UHE Dona Francisca	Total
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	309.727	-	-	-	-	309.727
Concessionárias e Permissionárias	6	-	10.952	-	-	-	10.952
Cedência de funcionários	9	422	59	-	-	-	481
Conta Gráfica	9	-	-	-	-	-	-
Mútuo CEEE-D	9	-	373.164	-	-	-	373.164
		-	-	15.421	911	-	16.332
		310.149	384.174	-	15.421	911	710.655
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	23	-	-	81.469	-	-	81.469
Conta Gráfica	26	-	1.027	-	-	-	1.027
Empréstimo circulante	22	-	-	6.286	-	-	6.286
Empréstimo não circulante	22	-	-	63.380	-	-	63.380
		-	1.027	151.136	-	-	152.163
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	2.699	2.699
Suprimento de Energia Elétrica		-	4.116	-	-	-	4.116
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	86.457	-	-	-	86.457
Despesa operacional – Pessoal		-	-	(2.348)	-	-	(2.348)
Receta financeira		12.604	21.663	-	-	-	34.267
		12.604	112.236	(2.348)	-	2.699	125.192

37.1. Pessoal chave da Administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração seus Diretores e os Membros do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 30 de junho de 2020 foi de R\$374 (R\$262 em 30 de junho de 2019). A remuneração dos Diretores é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA							
	30/06/2020				30/06/2019			
	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria	201	46	30	277	104	19	18	141
Conselho de Administração	82	16	-	98	101	20	-	120
Total	282	63	30	374	205	40	18	262

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Numerário Disponível	5	1.690	1.635	3.887	2.517
Concessionárias e Permissionárias	6	103.346	110.390	105.071	111.883
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRI SUL	5	444.765	309.727	446.938	317.058
Ativo de Concessão - Financeiro	14	1.784.277	1.574.326	1.784.277	1.574.326
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	11	110.931	119.140	110.931	119.140
		<u>2.445.009</u>	<u>2.115.218</u>	<u>2.451.104</u>	<u>2.124.924</u>
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	19	36.562	38.193	37.335	41.623
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	739.022	573.254	739.022	573.254
Arrendamentos	22.7	10.800	3.706	10.800	3.706
TOTAL		<u>786.384</u>	<u>615.153</u>	<u>787.157</u>	<u>618.583</u>

38.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

38.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	446.455	311.362	450.825	319.575
Concessionárias e Permissionárias	6	103.346	110.390	105.071	111.883
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	110.931	119.140	110.931	119.140
Ativo de Concessão - Financeiro	14	1.784.277	1.574.326	1.784.277	1.574.326
TOTAL		2.445.009	2.115.218	2.451.104	2.124.924

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia – CCGs celebrados entre as distribuidoras e órgãos reguladores.

No conjunto, a Administração entende que o risco de crédito ao qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes. A Companhia não possui operações com derivativos. A sistemática de garantias é regulamentada pelos órgãos fiscalizadores, como ONS e CCEE.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (impairment)

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

38.1.2. Risco de Preço

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada 05 anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALS, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita anual permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

38.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

38.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/06/2020 cuja cotação do dólar corresponde a R\$5,48 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do BACEN para 30/09/2020, correspondente ao dólar a R\$5,20. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de variação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 30/06/2020	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	698.610	505.794	632.242	758.691
Passivo Líquido Exposto	698.610	505.794	632.242	758.691
Efeito Líquido da Variação Cambial			126.448	252.897

38.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a

capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

		CONTROLADORA				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	446.455	446.455	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	103.346	103.346	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	110.931	110.931	-	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	14	1.784.277	422.026	-	-	1.362.251
		<u>2.445.009</u>	<u>1.082.759</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.362.251</u>
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	36.562	36.562	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	1.324.656	101.569	99.211	276.987	846.889
		<u>1.361.218</u>	<u>138.131</u>	<u>99.211</u>	<u>276.987</u>	<u>846.889</u>
		CONSOLIDADO				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	450.825	450.825	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	105.071	105.071	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	110.931	110.931	-	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	14	1.784.277	422.026	-	-	1.362.251
		<u>2.451.104</u>	<u>1.088.854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.362.251</u>
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	37.335	37.335	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	1.324.656	101.569	99.211	276.987	846.889
		<u>1.361.991</u>	<u>138.904</u>	<u>99.211</u>	<u>276.987</u>	<u>846.889</u>

Para a apresentação do valor justo sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, consideram-se as seguintes premissas de mensuração:

- i) Nos contratos dos empréstimos firmados em moeda interna, a premissa considera o saldo contábil na data desta demonstração contábil, projetando o mesmo pelo índice do contrato e seus encargos até o período final de liquidação. Posteriormente, os valores são descontados a valor presente pelo índice DI projetado em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central.
- ii) Para os contratos em moeda estrangeira, a metodologia é semelhante, ou seja, considera o saldo contábil existente na data desta demonstração contábil, projetando-o pelo índice do contrato, adicionando os seus encargos até o período final de liquidação. Entretanto, nesta modalidade, a taxa de desconto a valor presente se dá pela projeção da variação cambial em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central.

38.1.6. Gestão de Capital

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do índice de endividamento sobre o patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos	22	739.022	587.343	739.022	587.343
Caixa e equivalentes de caixa	5	(446.455)	(311.362)	(450.825)	(186.600)
Investimento em Títulos do Governo	11	(110.931)	(119.140)	(110.931)	(119.140)
Dívida Líquida		<u>181.636</u>	<u>156.841</u>	<u>177.266</u>	<u>281.603</u>
Patrimônio Líquido		<u>2.520.221</u>	<u>2.432.740</u>	<u>2.535.507</u>	<u>2.447.108</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>0,07</u>	<u>0,06</u>	<u>0,07</u>	<u>0,12</u>

38.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/06/2020 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do BACEN, de 30/09/2020. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 30/06/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	22					
BNDES		TJLP	40.412	57.701	51.475	63.927
Exposição Líquida			<u>(40.412)</u>	<u>(57.701)</u>	<u>(51.475)</u>	<u>(63.927)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(17.289)</u>	<u>6.226</u>	<u>(12.452)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das demonstrações financeiras conforme sugerido no NBC TG 48.

Sendo assim, a Administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

38.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Numerário Disponível	5	1.690	1.635	3.887	2.517
Concessionárias e Permissionárias	6	103.346	110.390	105.071	111.883
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRISUL	5	444.765	309.727	446.938	317.058
Ativo de Concessão - Financeiro	14	1.784.277	1.574.326	1.784.277	1.574.326
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	11	110.931	119.140	110.931	119.140
		<u>2.445.009</u>	<u>2.115.218</u>	<u>2.451.104</u>	<u>2.124.924</u>
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	19	36.562	38.193	37.335	41.623
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	739.022	573.254	739.022	573.254
Arrendamentos	22.7	10.800	3.706	10.800	3.706
TOTAL		<u>786.384</u>	<u>615.153</u>	<u>787.157</u>	<u>618.583</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

38.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um nível de classificação conforme tabela a seguir:

	CONTROLADORA			
	Valor contábil 30/06/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL	444.765	-	444.765	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	110.931	110.931	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	1.784.277	-	-	1.784.277
	<u>2.339.972</u>	<u>110.931</u>	<u>444.765</u>	<u>1.784.277</u>
CONSOLIDADO				
	Valor contábil 30/06/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL	446.938	-	446.938	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	110.931	110.931	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	1.784.277	-	-	1.784.277
	<u>2.342.146</u>	<u>110.931</u>	<u>446.938</u>	<u>1.784.277</u>

38.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo de Concessão – Financeiro foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

38.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

38.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

38.2.2. Riscos Ambientais

A instalação, ampliação e operação de empreendimentos voltados às concessões de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da CEEE-GT, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional.

Com base na legislação ambiental, a Companhia mapeou e monitora seus riscos ambientais. Os principais riscos ambientais foram mapeados, descritos e foram classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto. Desta forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

39. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço.

O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2020 à 13/04/2021. O valor do ativo segurado na área de geração é de R\$62.034 e o valor do prêmio é de R\$67 no segmento de transmissão o valor do ativo segurado é de R\$260.483 e o valor do prêmio é de R\$260.

40. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

40.1. Reajuste Tarifário – Geração

No último 28/07/2020, através da Resolução Homologatória nº 2.746/2020, a ANEEL aprovou as Receitas Anuais de Geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2020/2021 nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Os novos valores da RAG são oriundos do processo de reajuste tarifário realizado para o ciclo 2020-2021, e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), acrescidos dos Encargos de Uso e Conexão aos Sistemas de Distribuição e Transmissão, da Parcela Ajuste por Indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl), da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e dos custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE). As parcelas de GAG são compostas pela parcelas de GAG O&M, destinada à cobertura dos custos operacionais, de GAG Melhorias, destinada à cobertura dos investimentos em melhorias e do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI), destinada à cobertura dos investimentos em bens não reversíveis como software e veículos.

A Receita Anual de Geração (RAG) para o ciclo 2020/2021 do conjunto de usinas cotistas da CEEE-GT foi estabelecida em R\$ R\$ 132,5 Milhões, o que representa um incremento de 11,88% em comparação com o ciclo 2019/2020.

40.2. Revisão Tarifária - Transmissão

Em 30/06/2020, através da Resolução Homologatória nº 2.709/2020, a ANEEL aprovou de forma provisória a Revisão Periódica da Receita Anual Permitida - RAP do Contrato de Concessão nº 55/2001, concedido à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e prorrogado nos termos da Lei nº 12.783, de 2013.

Como resultado, a Receita Anual Permitida (RAP) das instalações de transmissão da CEEE-GT sujeitas à Revisão Tarifária teve um reposicionamento provisório de 15,79%, a ser aplicada a cada ciclo tarifário durante o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2023;

O impacto tarifário é decorrente, principalmente, da incorporação do parâmetro “ke” (capital próprio) ao componente financeiro da RBSE, da revisão da taxa de remuneração de capital (WACC) e dos custos operacionais regulatórios, com base no que consta no Submódulo 9.1 do PRORET e da revisão das bases de remuneração blindadas (RBSE) e incremental (RBNI).

Os valores das receitas de RBSE e RBNI revisadas para o ciclo 2020/2021, por componente, estão apresentados na tabela a seguir:

RH ANEEL 2.709/2020	RAP RBSE (Base Blindada) NE 14	RAP RBNI (Base Incremental) NE 13	RAP RBSE + RBNI
Econômico	160.307,16	125.997,27	286.304,44
Financeiro	216.496,59	-	216.496,59
O&M	313.196,60	16.344,37	329.540,97
	690.000,36	142.341,64	832.342,00
RH ANEEL 2.709/2020	Parcela de Ajuste - PA RBSE (Base Blindada)	Parcela de Ajuste - PA RBNI (Base Incremental)	Parcela de Ajuste - PA RBSE + RBNI
Econômico	2.801,80	65.898,90	68.700,70
Financeiro	56.861,64	-	56.861,64
O&M	14.490,23	-	14.490,23
	74.153,66	65.898,90	140.052,56
RAP + PA	764.154,02	208.240,53	972.394,55

Os valores definitivos serão processados após conclusão das atividades de fiscalização da Base de Remuneração Regulatória – BRR e os ajustes necessários e consequentes efeitos financeiros serão processados no reajuste tarifário subsequente.

40.3. Reajuste Tarifário - Transmissão

O Reajuste Anual da Transmissão da CEEE-GT, que trouxe a nova RAP (Receita Anual Permitida) está válido desde 1º de julho de 2020, conforme Resolução Homologatória (REH) da ANEEL nº 2.725/2020 (Ciclo 2020/2021). A nova RAP da Transmissora totaliza R\$868,7 milhões (Concessão: 055/2001 - RAP: R\$ 853,9 milhões, e Concessão: 080/2002 - LT Presidente Médici - Pelotas 3 RAP: R\$ 14.8 milhões) e começa a ingressar no caixa da empresa a partir de agosto de 2020. Nela, já estão incluídos o resultado da revisão tarifária, as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida (RAP) no Ciclo 2020/2021 referente a reforços realizados pelas empresas que entraram em operação comercial de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020, sem estabelecimento prévio de receita e melhorias implantadas na rede de transmissão, além da variação de 1,88% do IPCA do período.

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

41.1. Contrato de Compartilhamento

Foi celebrado em 01 de julho de 2020, o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, elaborado de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa 699/2016. A operação está condicionada à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

41.2. Cancelamento de Ações resultantes do direito de recesso

Na Reunião de Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2020, foi autorizado o cancelamento de 19.489 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e nove) ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria todas nominativas e sem valor nominal, sendo 8.762 (oito mil setecentos e sessenta e duas) ações da classe ordinária, e 10.727 (dez mil setecentos e vinte e sete) ações da classe preferencial.

O Plano de Recompra de ações aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de janeiro de 2020 e divulgado ao mercado em 24 de janeiro de 2020 será mantido. O cancelamento de ações não implicará em alteração do valor do capital social da Companhia, que continuará a ser de 1.565.632.410,67 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e sete centavos).

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

Elisangela Moura Rodrigues
Contadora CRCRS 62384

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO
Desempenho Econômico-Financeiro

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Resultados dos períodos findos 30/06/20 e 30/06/19	2T2020	2T2019	Δ%	6M2020	6M2019	Δ%
Receita Operacional Bruta	580.370	305.815	89,78	904.260	633.286	42,79
Deduções da Receita Operacional	(61.492)	(67.616)	(9,06)	(132.511)	(116.904)	13,35
Receita Operacional Líquida	518.878	238.198	117,83	771.749	516.382	49,45
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(128.931)	(136.378)	(5,46)	(265.333)	(266.102)	(0,29)
Custo com Energia Elétrica	(33.728)	(22.992)	46,69	(73.831)	(45.211)	63,30
Custo de Operação	(95.202)	(113.386)	(16,04)	(191.502)	(220.891)	(13,30)
Lucro Operacional Bruto	389.947	101.820	282,98	506.416	250.280	102,34
Despesas Operacionais	(86.085)	(36.093)	138,51	(134.102)	(81.066)	65,42
Outras Receitas	3.955	6.841	(42,19)	11.121	11.449	(2,86)
Outras Despesas	1.611	(1.517)	(206,19)	1.382	(2.795)	(149,45)
Resultado do Serviço	309.428	71.051	335,50	384.817	177.867	116,35
Depreciação e Amortização	8.354	7.581	10,19	16.894	15.222	10,98
Resultado de Participações Societárias	666	24.831	(97,32)	6.241	41.207	(84,85)
EBITDA	317.782	78.631	304,14	401.712	193.089	108,05
Margem EBITDA	18,86%	-3,75%	(602,70)	52,05%	37,39%	39,20
Receita/Despesa Financeira	(31.396)	9.076	(445,94)	(178.810)	6.208	(2.980,16)
IR e CS	(94.343)	(23.095)	308,50	(124.976)	(48.697)	156,64
Resultado Líquido do Período	184.355	81.863	125,20	87.272	176.586	(51)

Receita Operacional Líquida – NE 30

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções da receita operacional.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. No 2T2020 a receita operacional bruta da CEEE-GT foi de R\$580.370, 79,78% maior se comparada ao 2T2019. As principais variações são explicadas pelo:

- aumento de (i) R\$310.430 na remuneração do Ativo Financeiro e Contratual, devido a atualização dos fluxos de caixa dos contratos, a partir da homologação provisória da revisão tarifárias das transmissoras e da nova receita anual permitida – RAP para o período de julho de 2020 a junho de 2021; e (ii) R\$7.460 na receita com suprimento de energia elétrica; parcialmente compensada pela:
- redução de (i) R\$19.100 na receita de energia de curto prazo; e (ii) R\$24.049 na receita de construção, devido aos menores investimentos realizados no período.

No 6M2020 a receita operacional bruta foi de R\$904.260, 42,79% superior ao registrado no mesmo período de 2019, que foi de R\$633.286. As principais variações são explicadas por:

- Impacto positivo devido ao aumento de ((i) R\$310.371 na remuneração do Ativo Financeiro e Contratual devido a atualização dos fluxos de caixa dos contratos, a partir da homologação provisória da revisão tarifárias das transmissoras e da nova receita anual permitida – RAP para o período de julho de 2020 a junho de 2021; e (ii) R\$51.885 na receita com suprimento de energia elétrica; parcialmente compensada por:
- Impacto negativo devido à redução (i) R\$57.296 na receita de energia de curto prazo; e (ii) R\$31.399 na receita de construção, devido aos menores investimentos realizados no período.

Deduções da Receita Operacional

As deduções totalizaram R\$61.491 no 2T2020, apresentando redução de R\$ 9,06% em relação ao apresentado no 2T2019. A redução de 6.125 é explicada, principalmente pela redução (i) da quota de PROINFA; e (ii) da quota de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

No acumulado do 6M2020 as deduções da receita operacional aumentaram 13,351%, passando de R\$116.904 em 6M2019 para R\$132.511. O aumento de R\$15.607 é explicado, principalmente, por (i) aumento da quota RGR; (ii) aumento de R\$14.766 da conta de CDE.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços, e divide-se em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação.

Custo com Energia Elétrica – NE 31

Os custos com energia elétrica totalizaram R\$33.728 no 2T2020, representando um aumento de 46,69% em comparação ao 2T2019 (R\$22.992). Este acréscimo é decorrente, principalmente, do aumento de R\$9.833 nos custos com energia comprada de curto prazo.

No acumulado do 6M2020 os custos com energia elétrica apresentaram um acréscimo de 63,30%, passando de R\$45.211 no 6M2019 para R\$73.831, devido ao aumento de R\$26.241 nos custos com energia comprada no mercado de curto prazo.

Custo de Operação – NE 32

No 2T2020, os custos de operação totalizaram R\$95.202 apresentando uma redução de 16,04% em comparação do 2T2019 (R\$113.386). Esta variação deve-se, principalmente a redução de R\$24.049 dos custos de construção devido aos menores investimentos realizados em comparação ao período anterior.

No acumulado os custos de operação totalizaram R\$191.503 no 6M2020, representando uma redução de 13,30% em comparação ao 6M2019 (R\$220.891). Esta variação deve-se, principalmente:

- A redução de R\$2.981 nos custos com pessoal;
- A redução de R\$31.399 dos custos de construção devido aos menores investimentos realizados em comparação ao período anterior.

Custos e Despesas Operacionais – NE 32

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais.

No 2T2020 as despesas operacionais totalizaram R\$86.085 e um aumento de 138,51% se comparado ao 2T2019 (R\$49.992). As principais variações são explicadas:

- Pelo aumento de R\$45.678 nas despesas com provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias devido a revisão das premissas aplicadas para o cálculo destas provisões.

No 6M2020 as despesas operacionais totalizaram R\$134.102 e um aumento de 65,42% se comparado ao 6M2019 (R\$81.066). As principais variações são explicadas por:

- Aumento de R\$59.136 nas provisões com contingências trabalhistas e cíveis devido ao ingresso de novos processos com classificação de perda provável e pela revisão de premissas para o cálculo destas provisões.

Parcialmente compensado pela:

- Reversão de R\$4.385 da PECLD no período.

EBITDA

EBITDA	2T20	2T19	2T20 X 2T19		6M20	6M19	6M20 X 6M19	
			R\$	%			R\$	%
Receita Operacional Líquida	518.878	238.198	280.679	117,83%	771.748	516.382	255.367	49,45%
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(128.931)	(136.378)	7.448	-5,46%	(265.333)	(266.102)	769	-0,29%
(-) Despesas/Receitas Operacionais (*)	(80.519)	(30.768)	(49.750)	161,69%	(121.599)	(72.412)	(49.186)	67,93%
= Resultado Operacional	309.429	71.051	238.377	335,50%	384.817	177.867	206.950	116,35%
(+) Depreciação/Amortização	8.354	7.581	773	10,19%	16.894	15.222	1.672	10,98%
EBITDA	317.783	78.632	83.832	304,14%	401.712	193.088	208.623	108,05%
Margem EBITDA	61,24%	33,01%			52,05%	37,39%		

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

Em linhas gerais, o EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. O EBITDA foi apurado pela Companhia e conciliado com suas Informações trimestrais, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

O EBITDA reportado pela CEEE-GT registrou R\$317.783 no 2T2020, representando uma variação positiva de 304,14% em comparação com o EBITDA apresentando no 2T2019 R\$78.632, destacando-se, principalmente:

- O aumento da Receita Operacional Líquida em R\$280.679;
- O aumento dos custos do serviço de energia elétrica R\$7.448;
- O aumento dos custos/despesas operacionais em R\$49.750

No acumulado do 6M2020 a CEEE-GT registrou o EBITDA de R\$401.712 representando a melhora de 108,05% se comparado com o 6M2019 (R\$193.088), destacando-se principalmente as seguintes variações:

- O aumento da Receita Operacional Líquida em R\$255.367;
- A redução dos custos do serviço de energia elétrica R\$769;
- Compensados pelo aumento das receitas/despesas operacionais em R\$49.186.

Resultado Financeiro – NE 34

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2T20	2T19	2T20 X 2T19		6M20	6M19	6M20 X 6M19	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	2.779	3.553	(774)	-21,80%	5.981	6.438	(458)	-7,11%
Variações Monetárias - Receitas	1.647	22.769	(21.122)	-92,77%	1.745	53.263	(51.518)	-96,72%
Atualização NTNBS	748	2.335	(1.588)	-67,99%	3.031	7.365	(4.334)	-58,84%
Outras Receitas	13.512	1.013	12.500	1234,35%	26.646	8.693	17.954	206,54%
Variações Monetárias - Despesas	(35.843)	381	(36.224)	-9508,63%	(187.127)	(40.171)	(146.956)	365,83%
Encargos de dívida	(5.844)	(11.028)	5.184	-47,01%	(11.818)	(12.480)	662	-5,31%
Encargos Sobre Arrendamentos	(310)	(271)	(39)	0,00%	(551)	(543)	(8)	0,00%
Recontabilização CCEE	(82)	(975)	894	-91,64%	(377)	(2.664)	2.287	-85,83%
Outras Despesas	(8.003)	(8.701)	698	-8,03%	(16.340)	(13.692)	(2.647)	19,34%
Total	(31.397)	9.076	(40.473)	-445,94%	(178.810)	6.208	(185.019)	-2980,16%

No 2T2020 a Companhia registou um resultado financeiro negativo de R\$31.397, 445,94% maior que o registrado no 2T2019 (R\$9.076 positivos), impactado, principalmente, pelas variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

No 6M2020 a CEEE-GT registou um resultado financeiro negativo de R\$178.810 e uma variação positiva em R\$49.883 se comparado ao 6M2019 (R\$6.208 positivos). As principais variações que impactaram o resultado financeiro no período foram: as variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Resultado do Período

O resultado líquido no 1T2020 foi prejuízo de R\$97.083, apresentado a variação negativa de 202,49% comparada ao 1T2019, que foi lucro de R\$94.723, Para o 6M2020 a CEEE GT apresentou resultado líquido de R\$87.272, menor 51% se comparado com ao 6M2019 (R\$176.586), substancialmente impactado pelo aumento da variação cambial no período que foi de R\$(146.956).

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

Porto Alegre, 12 de agosto de 2020.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S. relativamente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao período findo em 30 de junho de 2020.

Porto Alegre, 12 de agosto de 2020.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR
do período findo em 30 de junho de 2020

Índice

Relatório dos Auditores Independentes3

Anexos7

Formulário das Informações Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2020

Protocolo de envio a CVM das ITR's

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Conselho e Acionistas da

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT

Porto Alegre / RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e de seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais- ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2400 – Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis e ISRE 2400 – Engagements to Review Historical Financial Statements, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Desestatização

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1.2. Desestatização, nota 16.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial e nota 1.3 Coronavírus (Covid-19) às informações contábeis intermediárias, em que a Companhia descreve o andamento das ações relacionadas ao processo de desestatização aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 04 de julho de 2019. Considerando a declaração efetuado em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”) sobre o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia não é possível assegurar que os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o cronograma de desestatização serão realizados. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que poderiam ser requeridos no caso de descumprimento das obrigações estabelecidas nos planos divulgados, bem como os possíveis efeitos na economia local e mundial. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

As demonstrações contábeis e informações trimestrais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e trimestre findo em 30 de junho de 2020, respectivamente, foram auditadas e revisadas por outros auditores, os quais emitiram relatório dos auditores independentes datados de 30 de março de 2020 e relatório de revisão de informações financeiras em 12 de agosto de 2019, respectivamente, sem modificação de opinião para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2020.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz

Contador – CRCRS nº 42.460/O-3

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360